

**Especial: Encarte Tribuna
de Debates/8º Congresso**

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS!

A Classe Operária



ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
ANO 66 - VI FASE - Nº 64- 5 a 18 de agosto de 1991
PA-AM-RO-AC Cr\$ 250,00

Cr\$ 200,00

**PC do B na TV
Não perca!
Dia 29/8 - 20h30**

Collor abre as portas à chantagem do FMI

O governo Collor fez acordos com os dirigentes do FMI muito antes da chegada da missão do órgão ao Brasil. As declarações de que Fajgenbaun seria um "serviçal" e outras serviram apenas como marketing, até porque o governo pretende mesmo mudar a Constituição para atender às exigências do Fundo. Matéria na pág.7



Cibele Aragão/N&A



oapbar

O Congresso Estadual da CUT em São Paulo encerrou, assim como em outros Estados, os congressos preparatórios ao 4º Concut. Em sua maioria, um espetáculo de autoritarismo, arrogância e casuísmos da tendência majoritária da CUT, a "Articulação". Na última reunião da Executiva Nacional da entidade, dia 01 de agosto, aquela força política bancou a redução em quase 40% das delegações da Bahia e Minas Gerais. Porém, a Corrente Sindical Clássica mostrou que tem lugar assegurado na CUT, se revelando a terceira bancada do Concut. Mais detalhes na página 9.

Gorbatchev submeteu-se ao vexame de bater na porta da frente e entrar pelos fundos da reunião dos sete países ricos. Garantiu acelerar as reformas capitalistas na URSS em troca de dólares. No Brasil, Collor acelera a entrega do país, finge que polemiza com o FMI e manobra para mudar a Constituição. Tanto no Kremlin como na Casa da Dinda o imperialismo está por trás. Páginas 6,7,10 e 12.

***A Executiva Nacional do PCdoB,
após reunião, no último dia
23 de julho, em São Paulo,
divulgou uma nota acerca da
situação nacional e internacional.***

Documento, na íntegra, na pág.6

**O PCdoB saúda a visita de
Mandela ao Brasil. Fiel
ao seu povo, após 20 anos de
prisão, mantém firme
a bandeira da liberdade.**



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Matéria na pág.5

Socialismo inevitável?



A edição de 1.º de maio de 1926 do jornal dos gráficos

É com grande alegria que assistimos à volta da gloriosa "A Classe Operária" às bancas, aos partidos e aos militantes. Nesses tempos de collera a "Classe" se torna instrumento imprescindível em nossa luta cotidiana por dias melhores e socialistas.

Saudações à parte, aproveito para enviar minha opinião discordante acerca de uma das noticiázinhas da sessão "Curtas e Boas", justamente aquela onde o democrata (chamar aquele indivíduo de socialista é brincadeira!) José Genóino afirma que o socialismo não é "inevitável". Convenhamos, nosso amigo já disse besteiras piores! Precisamos repensar a chamada inevitabilidade do socialismo. Quanto tempo continuaremos, dia após dia, anunciando a morte iminente do capitalismo? Temos que ter claro que o socialismo não virá por decreto histórico!

Sabemos que o capitalismo é um regime maldito e podre, mas será que finalmente este gato de sete fôlegos perdeu o ar?

As condições objetivas, estas sim, são inapelavelmente inevitáveis, quanto às subjetivas ... Nós temos claro que para a eclosão da redenção socialista é necessário tanto uma como outra condição estarem maduras. Deixo aqui minhas palavras.

Quanto às alterações físicas da "Classe", concordo com a camarada Lurdes de Caxias do Sul quando afirma que as charges utilizadas pelo jornal são ótimas, mas não deveriam ser usadas na capa por agredirem o possível leitor. Nesse sentido o ideal seriam mesmo fotos ao invés de nanquim.

No mais, desde já me coloco à disposição como potencial correspondente do Alto Amazonas.

Um forte abraço a todos,
Paulo Henrique Porto Borges
PCdoB - Rio Branco-AC

Valorizar nossos profissionais

Importantíssima foi a vitória política na Paraíba sobre os marajás (ver *Classe Operária* nº 63 pág.6). O Partido está de parabéns!

Contudo, no geral, a divulgação ficou incompleta: para o destaque ao parlamentar, nota 10; ao Departamento Jurídico do Partido, criado pelo Comitê Central, ou no mínimo, ao advogado José Messias de Souza, nenhuma vírgula no nosso jornal, portanto, nota zero.

Não é preciosismo, é valorização dos nossos departamentos que necessitam ser mais divulgados, sair da clandestinidade e consolidar sobretudo nossos profissionais que desenvolvem um papel político importante e, ainda, muitas vezes disputam o mercado de trabalho.

Jáder Correa de Sá
Militante do PCdoB-DF e advogado



Espaço vivo para as OBs

Camaradas,
Ficamos felizes com a volta da "Classe" à sua circulação normal.

Gostaríamos de sugerir que seja incluído no novo projeto gráfico, um espaço dedicado exclusivamente às **Organizações de Base** (Células) do PCdoB. Sendo estas células que mantêm o partido vivo, onde se organizam seus militantes e materializa-se sua organização política ligando o partido às massas, muito pouco ou quase nada se tratou na "Classe" a respeito das OBs, suas experiências concretas, seus erros e acertos, o funcionamento dos secretariados, a incorporação e formação dos militantes, os problemas enfrentados nas

diversas frentes, o acompanhamento dos organismos superiores, etc.

Achamos que este intercâmbio de experiências no nosso órgão central poderá ajudar as OBs a superarem muitas dificuldades organizativas e contribuirá para o crescimento e fortalecimento do nosso partido.

O Secretariado da OB secundarista do Grande Florianópolis



Leitores de outros partidos

Saudações,

Através desta envio minhas felicitações pela volta desse jornal tão importante para o esclarecimento dos trabalhadores.

Atendendo ao desafio que os senhores fazem aos leitores pedindo sugestões, eu quero propor que vocês deem mais informações sobre o Congresso do Partido Comunista do Brasil, que é de interesse mesmo de pessoas atualmente em outros partidos, como eu que, por enquanto, sou petista, e também sobre a política no Nordeste. É importante a gente saber se o governador Cyro Gomes, do Ceará, vai mesmo para o PMDB do Sr. Orestes Quércia ou se Miguel Arraes vai se unir com o governador de Pernambuco, Sr. Joaquim Francisco.

Um bom trabalho a todos.

Sebastião Lins Moura
Recife-PE

Novos preços

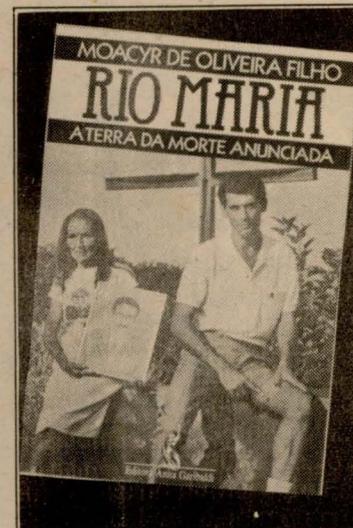
Em função dos constantes aumentos dos custos operacionais (administração, gráficos, distribuição, produção jornalística, contatos, etc.) do jornal, somos forçados a reajustar de Cr\$ 150,00 para Cr\$ 200,00 o nosso preço de capa, nossa principal fonte para sustentação estrutural, a partir desta edição.

Rio Maria é tema de livro-reportagem

O jornalista Moacyr de Oliveira Filho está lançando o livro "Rio Maria - A terra da morte anunciada" com apresentação do deputado federal Haroldo Lima e fotos de João Roberto Ripper, pela Editora Anita Garibaldi.

O livro-reportagem conta a saga de Rio Maria - cidade situada no sul do Pará, um dos principais focos de violência no campo brasileiro - onde foram assassinados vários líderes sindicais, entre eles João Canuto de Oliveira e Expedito Ribeiro de Souza, ambos militantes do PCdoB e presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Os crimes tiveram repercussão nacional e internacional.

Para a elaboração do livro, o autor recolheu depoimentos de todos os lados envolvidos no conflito - parentes de vítimas, sobreviventes de atentados, líderes sindicais, advogados, religiosos, testemunhas de crimes, policiais, juízes, posseiros, trabalhadores e fazendeiros - além de ter participado de atos públicos e reuniões, visitado fazendas e colônias agrícolas, acompanhado os casos na Justiça. Todo esse trabalho material-



za-se em um relato fiel da situação em que se encontra a região.

Posteriormente, será lançado um documentário em vídeo, complementando o livro. A leitura de "Rio Maria" torna-se indispensável para aqueles que desejam compreender o ajudar os que travam uma guerra diária pela terra.

O livro está sendo vendido por Cr\$ 1.800,00. Pedidos à Editora Anita - (011) 278-3220.

Editora Anita Garibaldi Ltda

Promoção especial até 15 de agosto para os leitores de A Classe Operária

	Preço Normal	Preço Promoção
Araguaia - Relato de um Guerrilheiro (Glênio Sá).....	1.000,	800,
30 Anos de Confronto Ideológico (Coletânea de textos).....	2.000,	1.400,
Em defesa do Socialismo Científico (Stálin).....	1.400,	800,
Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels).....	950,	600,
Estratégia e Tática (Lênin - Stálin - Dimitrov - J. Amazonas).....	1.400,	800,
A Política Revolucionária do PCdoB (7º Congresso)...	1.200,	500,
Socialismo: Ideal da Classe Operária (J. Amazonas)...	950,	600,
Marx e os Sindicatos (D. Losovski).....	1.700,	1.000,
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS (Stálin).....	900,	500,
As Portas de Moscou (Alexandre Bek).....	1.500,	800,
Reportagem sob a Força (Julius Fucini).....	1.800,	800,
Princípios nº 21.....	1.000,	1.000,
Princípios nº 20.....	1.000,	1.000,
Princípios nº 19.....	1.000,	500,
Princípios nº 18.....	1.000,	500,
Princípios nº 17.....	500,	300,
Folhetos		
As transformações sociais (J. Amazonas).....	60,	20,
O Brasil numa Encruzilhada Histórica (J. Amazonas).....	60,	20,
A Luta pela Emancipação da Mulher (Jó Moraes).....	60,	20,
Socialismo para a Juventude (Aldo Rebelo).....	60,	20,
Perestroika (J. Amazonas).....	60,	20,
PCdoB x PCB (Rogério Lustosa).....	60,	20,
Pedido mínimo.....		1,00

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Enviar pedido com cheque nominal ou vale postal para:
Editora Anita Garibaldi Ltda - Agência Pela Vista
Rua dos Borróris, 51 - 1º andar - Fone: (011) 278-3220 - CEP 01320 - São Paulo - SP

Expediente

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins e Carlos Henrique Vasconcelos (Peninha)
Diagramação e Arte: José Luiz Muñuera Reyes
Endereço: Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011) 36-7531 Telex: 11-21983
Fax: (011) 36-4104
Composição e arte final: Compuarte
Fone: (011) 36.0412
Fotolitos e Impressão: Jornal Paulista

Assine já o jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 900,00 Assinatura semestral: Cr\$ 1.800,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 1.500,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 3.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

EDITORIAL

Bala perdida

O presidente tinha apenas uma bala na agulha. Errou mas logo tratou de arranjar um consolo. Não matara o tigre mas conseguira amansá-lo: a inflação estabilizara-se em nível inferior a 10%.

A Fundação Getúlio Vargas atrapalhou a mágica e revelou, em julho, um índice inflacionário de 13,22%. E todo mundo, automaticamente, lembrou que a proposta de reajuste salarial que o governo enviou para o Congresso - depois de seis meses de congelamento - é de 20%!

As reações foram estapafúrdias. O presidente da Associação Comercial de S.Paulo, mostrando-se relativamente despreocupado, comentou que finalmente o governo desistira da idéia de "combater a inflação a qualquer custo". O presidente da Confederação Nacional da Indústria disse que as antecipações salariais concedidas pelas empresas aos trabalhadores permitiram uma certa retomada nos negócios. Antônio Ermírio de Moraes mostrou receio de um novo "pacotaço".

No fundo, a preocupação com a recessão é maior do que com a inflação. Ou seja, o remédio causou mais danos do que a doença.

Fica evidente que o Brasil precisa de uma nova orientação política e econômica e não de malabarismos contábeis, alterações de índices, exercícios de tiro ao alvo. O problema não está num aspecto isolado da economia. Mas no sistema que governa o país há muito tempo, sempre associado ao capital estrangeiro.

A inflação é um mal. Ninguém nega isto. Mas não é o único vilão que, aprisionado, permitiria a felicidade geral.

Os dois planos Collor foram desastrosos para a imensa maioria. Dos trabalhadores, as grandes vítimas, nem se fala. Mas inclusive parcelas

significativas do empresariado foram duramente atingidas.

Até através de mecanismos artificiais e autoritários, os índices inflacionários foram mantidos a níveis bem inferiores aos conhecidos durante o governo Sarney. A degradação social assume patamares assustadores. A violência toma conta das ruas. A população vive em permanente insegurança. O país regride em todos os setores. Torna-se presa fácil da voracidade dos grupos internacionais.

Mas o presidente, com arrogância imperturbável, só altera sua rota quando sofre derrotas incontestáveis no Congresso - com votos mesmo de partidos que teoricamente lhe dão sustentação - e na Justiça. E mesmo assim, obstinado, sempre que encontra uma oportunidade, reedita suas medidas provisórias, impõe as proposições derrotadas com pequenas alterações formais, burla a opinião pública e as instituições.

As forças interessadas no progresso precisam unir-se para romper com os velhos esquemas dominantes e encontrar um projeto de desenvolvimento autônomo, que proporcione desenvolvimento da nossa tecnologia de acordo com as nossas condições reais. Que apoie a pesquisa e a ciência. Que tenha como alvo satisfazer as necessidades do povo brasileiro, e não assegurar lucros fabulosos às multinacionais e seus sócios brasileiros. Que, quando não puder prescindir do capital estrangeiro aqui investido, tenha como controlá-lo e colocá-lo em consonância com os planos nacionais.

O momento é difícil para as mudanças progressistas. Mas o Brasil não sairá da crise e não se colocará à altura das exigências do século XXI sem que o povo, com luta, ocupe o seu lugar.

A confusão de Lula

Olival Freire Jr.*

Em recente entrevista à *Folha de São Paulo* em 20.07.91, Luís Inácio Lula da Silva dá a sua contribuição para aumentar a confusão no panorama da esquerda brasileira. A entrevista é um sintoma dos tempos em que vivemos, quando o socialismo sofreu uma profunda derrota encerrando uma espécie de primeira fase na luta pela sua construção e, de outro lado, o capitalismo expande sua sanha opressora a todos os quadrantes do globo resultando um quadro de dificuldades sem precedentes para os povos.

Pressionado pelo entrevistador, que buscava uma condenação cabal do regime cubano, Lula cede e declara "Fidel comete um equívoco. Deveria convocar eleições diretas para presidente da República e abrir o movimento sindical". Atenua em seguida afirmando que "Fidel seria eleito com 90% dos votos". Esta declaração, convenientemente amplificada pela imprensa, foi feita num momento em que se intensifica a pressão imperialista para a derrocada do poder popular cubano. Na última reunião do Grupo dos Sete Ricos, uma das exigências feitas a Gorbachev foi o corte imediato de toda e qualquer ajuda econômica a Cuba. E na recente reunião dos chefes de estado latino americanos, em Guadalajara, a diplomacia dos EUA usou de todos os meios, sem sucesso, para obter uma condenação do governo cubano. E toda esta pressão é feita sob o man-

to da palavra de ordem de eleição direta para presidente. Apoiados na experiência nicaraguense tentam repetir a cena, quando intervieram nas eleições, depois de prolongado cerco econômico, político e militar à República de Sandino.

Neste quadro é claro que a resistência de Cuba é parte essencial da resistência que se precisa organizar, em escala mundial à ofensiva imperialista. E cabe exclusivamente ao povo cubano o exame crítico, e eventuais retificações, em sua trajetória de lutas.

Na mesma entrevista, o presidente do Partido dos Trabalhadores declara seu apoio à *Perestroika*, numa altura em que é mais que evidente o objetivo desta política, de acelerada restauração capitalista na URSS. Duas outras respostas evidenciam a pouca seriedade com que certos temas foram tratados. Perguntado se era leninista, respondeu que não, que era torneiro mecânico. E reduziu a consignação de Marx "trabalhadores do mundo, uní-vos" a uma hipotética greve intercontinental.

Dias depois a imprensa noticiou a viagem de Lula a Cuba para participar de eventos comemorativos da revolução cubana. Gesto louvável. Mas uma política dúbia não ajuda nem a luta do povo cubano nem eleva a consciência do nosso povo na identificação dos entraves à sua emancipação.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Demagogia colorida

Sérgio Miranda*

Entre mortos e feridos salvaram-se todos. Foi assim que terminou o incidente criado pelas declarações do chefe da missão do FMI sobre a necessidade de mudanças na Constituição brasileira. Collor aproveitou a oportunidade para fazer demagogia, posar de defensor da soberania nacional, exigindo a substituição do desastrado funcionário. O FMI substituiu o Sr. Fajgenbaum da chefia da missão, mantendo-o, porém, na equipe continuando seu trabalho de monitoramento da economia brasileira, preparando mais uma carta de intenções a ser imposta ao nosso país.

Poucos atentaram para o fato que o real atentado à soberania nacional é a própria missão do FMI em si, encarregada de ditar regras e orientar nossa economia segundo os interesses das grandes potências, que são as que efetivamente mandam neste organismo internacional. O erro da Sr. Fajgenbaum foi dizer em público aquilo que só deve ser falado a portas fechadas, pois não nos esqueçamos que tem sido o próprio presidente Collor o maior defensor de mudanças constitucionais para retirar dali tudo que cheira a direito dos trabalhadores e proteção aos interesses nacionais.

Para que não parem dúvidas sobre as suas posições e respondendo aos editoriais da grande imprensa, que cobravam o tom "nacionalista" de suas declarações, Collor se apressou a publicar artigo assinado onde defende o seu "Projeto", verdadeiro programa de governo, cuja marca é a total abeica-

ção da soberania nacional, a pretexto de uma falsa modernidade.

Deste episódio burlesco as forças progressistas devem retirar algumas lições. Me chama a atenção o fato de Collor, pressionado pelo seu desgaste junto à opinião pública e pelo fracasso de sua política econômica (a inflação do mês de julho chegou a 13,2%), é obrigado a recorrer a uma pretensa defesa dos interesses nacionais para se promover. Isto mostra que existe um amplo respaldo junto a amplas camadas da sociedade para um discurso que realmente defenda a soberania nacional. O sentimento de nacionalidade, contra a espoliação a que é submetido o povo brasileiro pelas grandes potências, cala fundo na opinião pública. Por isso é incompreensível que os setores progressistas se mantenham na defensiva, acuados mesmo, pela campanha antinacional que se desenvolve em nosso país. É preciso romper esta inércia, tomar a iniciativa, denunciar o entreguismo deslavado da política do governo, se dirigir de forma ampla aos trabalhadores e a todos que se proponham a defender a soberania nacional, numa grande campanha de defesa dos interesses nacionais. Esta é a questão chave do momento político brasileiro.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Membro do Comitê Central do PCdoB
vereador em Belo Horizonte-MG

Justiça no Pará ajuda latifúndio

Newton Miranda*

Curtas e Boas

Violência no Rio

A violência que atinge o Rio de Janeiro alcança níveis alarmantes. Trabalhadores, mulheres, negros, crianças, enfim, todos vivem a constante ameaça às suas vidas. A situação que se abate sobre o povo pobre, principalmente, tem contornos de guerra civil não oficializada. As lideranças de partidos progressistas são um alvo a mais, e grave. A líder comunitária de Nova Iguaçu, Dilecia Nahon, do PCdoB, é uma das que tem proteção especial da polícia. Mas, como confiar em segurança oficial se ela mesmo compartilha das agressões ao povo. Miriam, Augusto e Leslie, todos filiados ao PCdoB na Baixada Fluminense, já sentiram na pele essa dor. Contra a violência no Rio, reunião neste dia 6 de agosto, às 17 horas, no Cerimonial da Câmara dos Vereadores. Basta de impunidade!

Vitória da CSC

A Corrente Sindical Classista obteve uma expressiva vitória ao conquistar a eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Amparo (SP), no pleito ocorrido de 10 a 12 de julho último. A chapa 1, da CSC, conquistou 315 votos, contra 156 dados à chapa 2, da Articulação. Apesar de poucos votantes, a base metalúrgica é de 4 mil trabalhadores. O novo presidente é Rubens Ribeiro da Silva. Parabéns!

Vanguarda alagoana

Já está circulando o número 1 do Jornal "Vanguarda", em Alagoas. Denominado "Jornal do PCdoB em Alagoas", o novo instrumento de agitação e propaganda do partido naquele estado nordestino aborda, em sua primeira edição, temas ousados, como a "capitulação da Albânia", e a situação do Estado após 16 meses de governo Collor e abre o debate sobre as eleições de 92. Só faltou o expediente para exaltar os editores.

5 anos de Presença

As mulheres se fazem presente na imprensa popular e progressista há 5 anos, com a revista "Presença da Mulher". As comemorações foram realizadas no último dia 31 de julho, no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com uma mesa redonda em que foi avaliado o projeto editorial da publicação. A coordenação foi de Ana Maria Rocha, editora da revista, e contou com a presença de artistas, professores, o artista plástico Elifas Andreato, feministas e intelectuais. Na próxima edição da "Presença" serão apresentadas as propostas da mesa-redonda. *Viva a Mulher!*

Veto à natalidade

O único veto do presidente Collor à nova Lei da Previdência, sancionada no último dia 24 de julho, foi justamente ao artigo que garantia o auxílio-natalidade para as mulheres trabalhadoras rurais. Tra-

ta-se de uma discriminação descabida contra um direito elementar, que é o de ser mãe e trabalhadora. O movimento dos sem-terra protestou e denunciou que o governo, na mesma sanção, deixou de votar o artigo que concedia isenção a grandes fazendeiros da taxa de 3% sobre a produção vendida, em favor do Funeural. Éta machista!

Solidariedade

Sete trabalhadores rurais do movimento dos sem-terra estão presos em Marabá (PA), desde o dia 17 de junho passado, sem qualquer acusação suficiente para tal medida. Trata-se de uma perseguição política ao movimento, que possui outros casos semelhantes no país. Imediata libertação dos sete trabalhadores, desapropriação dos latifúndios, apuração e punição aos crimes contra os trabalhadores rurais e reforma agrária são as propostas do MST. Ocupar, resistir e produzir é o lema!

Editorial militar

Salu no editorial da *Revista do Clube Militar*: "... aqueles oficiais que foram transferidos para as grandes cidades, continuarão a se deslocar, cada vez mais, do centro para os subúrbios mais afastados. Os sargentos para lá já seguram há muito tempo. E, quanto aos cabos, há muito já subiram para as favelas". Sentido!

Vamos nessa, Vanessa!

Com apenas 2 anos e meio de mandato, a vereadora Vanessa Graziotin, do PCdoB-Manaus, tem se destacado como defensora intransigente dos interesses populares. Pontuou, nas denúncias contras as demissões arbitrárias pela Prefeitura, exigindo lisura nas prestações de conta do município, no apoio à luta do funcionalismo - os professores, com destaque - e na oposição aos projetos elitistas do governador Gilberto Mestrinho e do presidente Collor. Um mandato de luta, a serviço das causas populares.

No último dia 13 de julho, na Fazenda Nazaré, localizada no município de Parauapebas, próximo a Rio Maria, um grupo de empregados da fazenda foi vítima de uma emboscada. Um morreu e seis ficaram feridos. O proprietário da Fazenda Nazaré é Jerônimo Alves Amorim, mandante do assassinato de Expedito Ribeiro, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria. Ele se encontra preso em Belém no hotel de trânsito da Polícia Militar em uma suíte com todas as regalias. No Pará, fazendeiro não vai pra cadeia nem quando é preso. Jerônimo, que antes se recusava a falar com a imprensa, convocou uma entrevista coletiva, posou de vítima, disse que estava em curso a preparação de uma guerrilha, declarou que os atingidos eram os trabalhadores e responsabilizou o Sindicato, o PCdoB e a Igreja pela emboscada, no que foi contestado por representantes destas organizações que responsabilizaram o latifúndio e o governo pelos conflitos fundiários. A Fazenda Nazaré foi ocupada, depois do assassinato de Expedito, por posseiros que foram violentamente despejados por policiais junto com pistoleiros do fazendeiro. É bem possível que a emboscada tenha sido uma resposta dos posseiros às violências que sofreram, mas não é possível que os emboscados fossem apenas trabalhadores, porque o conflito é antigo e a fazenda está cheia de pistoleiros.

Despejos constantes

No sul do Pará, nos últimos dias, 142 famílias foram despejadas de suas posses. Em Santa Maria das Barreiras, 106 famílias foram despejadas da Fazenda Marreca e em Santana do Araguaia, 36 da Fazenda Aldeia. Como é corriqueiro nos despejos que têm ocorrido, a juíza Eva do Amaral Coelho,

da Comarca de Conceição do Araguaia, agiu de forma arbitrária. No despejo da Fazenda Marreca a juíza não qualificou os posseiros. O despacho dizia apenas que fossem despejados "Walter de tal e quantos outros se encontrem na área", segundo denúncia do padre Henrique Des Roziars, advogado da CPT. Mais famílias estão ameaçadas de despejo. Em São Geraldo do Araguaia um grupo de mais de 30 posseiros, da área conhecida por Formiga, denunciou para a deputada federal Socorro Gomes, do PCdoB, que está sendo ameaçado de morte pelo fazendeiro José de Almeida. Em Rio Maria o Sindicato denunciou, no último dia 20 de julho, que oito colonos de uma área devoluta, no município de Ourilândia do Norte, foram ameaçados de morte pelo fazendeiro Elias Siluss Bayer, que na ocasião da ameaça estava acompanhado de dois pistoleiros.

Juiz é ameaçado de morte

O juiz de Xinguara, Roberto Gonçalves Moura, está ameaçado de morte. O pistoleiro Elias Moreira Rozendo chegou a ser contratado pelo fazendeiro Raimundo João de Oliveira para matar o juiz. Seguramente Raimundo João de Oliveira não está sozinho nesta empreitada. Roberto Moura é o juiz que teve a coragem de decretar a prisão preventiva de Jerônimo Alves Amorim, quando respondia pela Comarca de Rio Maria. É na sua comarca, Xinguara, que seria realizado, no próximo dia 6 de agosto, o julgamento de dois dos assassinos dos irmãos Canuto, o sargento Matos e o soldado Ubirajara, ambos da PM do Pará. A ameaça de morte do juiz reforçou o pedido de adiamento e desaforamento do processo feito

pelos advogados assistentes de acusação Luis Eduardo Greenhalg, Jorge Farias e Henrique Des Roziars. O Tribunal já decidiu pelo adiamento, mas ainda não se pronunciou acerca do desaforamento.

Dia 25 de julho é o dia do trabalhador rural. Muitos vão passar o seu dia na cadeia sem desfrutar das mordomias de Jerônimo Alves Amorim, único mandante de assassinatos de trabalhadores rurais preso. Em Marabá, sete integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra estão presos desde o dia 16 de junho. Para justificar a prisão realizada pela Polícia Federal, cumprindo ordens vindas de Brasília, foi montada uma verdadeira "armação": acusaram os presos de formação de bandos para invadir terras, crimes contra a organização do trabalho, preparação de guerrilha, etc. A Justiça Federal não aceitou a "armação" e devolveu o processo para a Justiça Comum. A juíza de Marabá, Ezilda Pastana, não tendo como comprovar nenhum dos crimes apontados inicialmente, determinou o indiciamento em crime de vadiagem, que se encontra em desuso, porque não há como acusar alguém de vadiagem em um país aonde o governo promove o desemprego que atualmente atinge milhões de trabalhadores. A juíza tem laços de parentesco com a família Mutran, uma das principais oligarquias de latifundiários do sul do Pará. Um dos membros da família é deputado estadual e o outro é prefeito de Marabá.

Em Xinguara seis trabalhadores rurais estão presos e incommunicáveis sob suspeita de terem participa-



o ônibus

do da emboscada que ocorreu na Fazenda Nazaré. O STR de Xinguara denunciou as prisões e as torturas a que teriam sido submetidos os presos, acrescentaram que a polícia está atrás de todos os posseiros da área para os prender.

Em Rio Maria o juiz José Cândido Moraes decretou a prisão preven-

tiva de Valdério Pereira, por ter disparado um tiro fatal contra um desconhecido que o ameaçou dentro de um ônibus, agindo em legítima defesa. Valdério é ex-presidente do STR de Rio Maria e atualmente é membro do Conselho Fiscal do Sindicato e diretor da Fetagri (Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Pará). A Polinter está realizando buscas com o objetivo de prendê-lo. Enquanto isso todos os mandantes e intermediários do assassinato do deputado João Batista apontados pelo pistoleiro Péricles, acusado de ter sido o executor, estão soltos, sem qualquer ordem de prisão.

Trabalho escravo

A escravidão já foi abolida no Brasil há mais de um século, mas continua existindo no Pará. Nos últimos meses foram denunciados vários casos envolvendo cerca de 1500 trabalhadores. O mais recente é o da Fazenda Big Vale no município de Xinguara, denunciado por um trabalhador que conseguiu fugir. Nesta fazenda existe um conflito com posseiros que já resultou em mortes, a última foi de um soldado da Polícia Militar há cerca de três meses. Como havia a suspeita de que um dos "gatos" conhecido por João Guedes, fosse um pistoleiro envolvido em vários crimes na região, o DOPS deu uma batida e o prendeu - no último dia 24. Algumas horas depois estava solto por força de um habeas-corpus sem que tenha sido qualquer coisa apurada.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Presidente do PCdoB no Pará

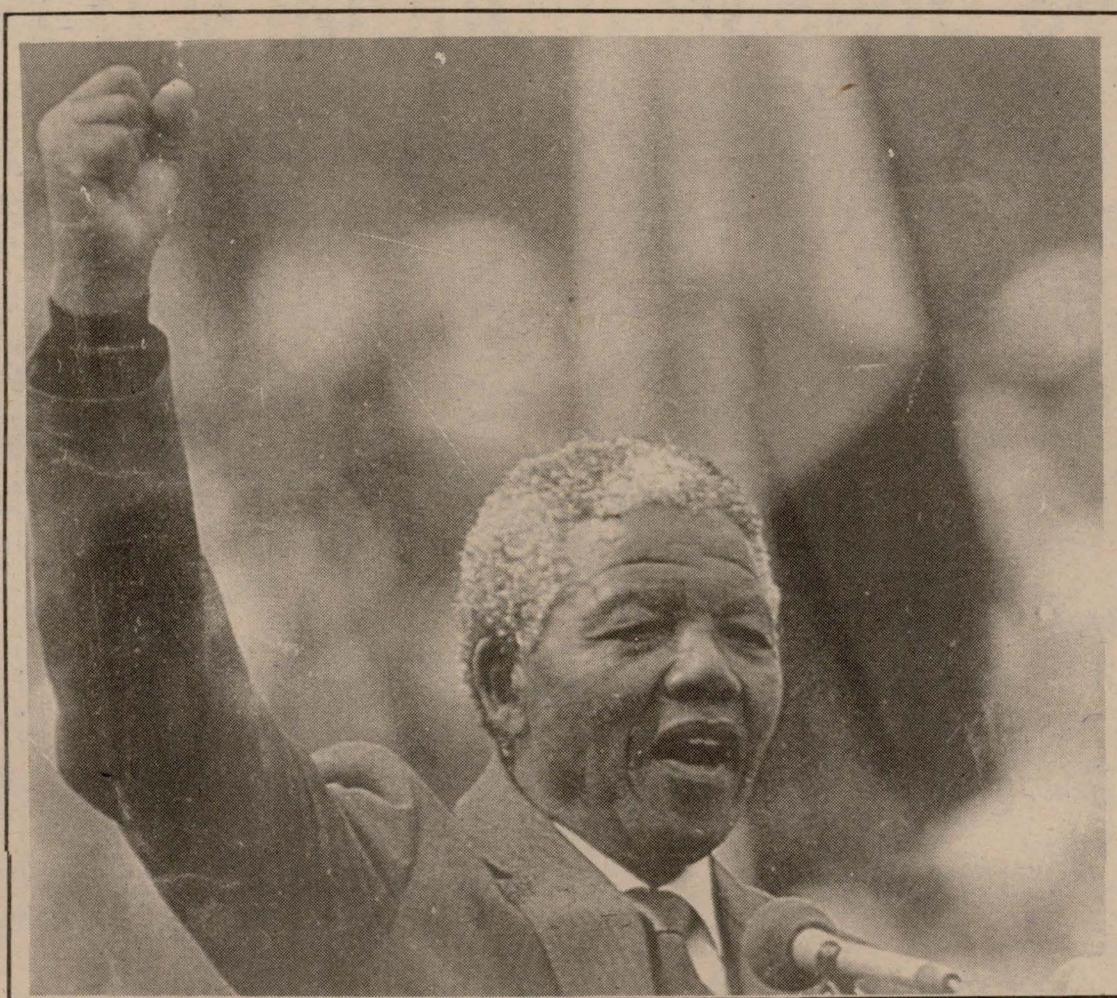
Mandela peregrina pela liberdade

Nelson Mandela, o maior líder negro da África do Sul, encerra nesta segunda-feira sua visita ao Brasil, depois de cumprir uma intensa programação. Ele desembarcou quinta-feira, dia 1º, no Rio, esteve nos dias seguintes em São Paulo, Salvador, Vitória e Brasília, tendo participado de várias manifestações contra o racismo e o *apartheid*.

Por iniciativa do vereador Vital Nolasco, do PCdoB, Mandela recebeu da Câmara Municipal de São Paulo o título de cidadão paulistano honorário. Também havia sido previsto, em São Paulo, um encontro entre a direção do PCdoB e o líder sul-africano. No Rio, ele foi recepcionado pelo governador Leonel Brizola e inaugurou um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) que leva seu nome.

O líder negro, que passou 27 anos e seis meses de sua vida nas prisões do regime racista sul-africano, pôde verificar o expressivo carinho e admiração que lhe dedica o povo brasileiro.

Mas tomou contato, igualmente, com as dificuldades e discriminações de que são vítimas, ainda hoje, os negros do Brasil. Entidades do Movimento Negro entregaram a Nelson Mandela um relatório detalhado sobre a situação



Arquivo

da raça no país, as discriminações salariais, a marginalização de que é vítima e a ameaça de extermínio de menores "abandonados", que atinge sobretudo a comunidade negra.

Antes da viagem ao Brasil, Mandela visitou outros países da América Latina e do Cari-

be, inclusive Cuba, onde se encontrou com o presidente Fidel Castro e criticou a conduta norte-americana em relação à África do Sul - Bush decidiu suspender as sanções econômicas determinadas pela ONU, em 1986, contra aquele país, e tem pressionado ou-

tras nações a seguir o mesmo caminho.

Nelson Mandela obteve dos governos da Venezuela e da Jamaica a promessa de que manterão as sanções comerciais contra o atual governo sul-africano ao menos até que o sistema de *apartheid* seja

efetivamente eliminado, o que de fato até o momento não ocorreu.

Do Brasil ele pretende conseguir um compromisso semelhante. O ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, prometeu consultar as lideranças negras sul-africanas, e Mandela em particular, sobre a atitude a adotar em relação à hipótese de retomada das transações comerciais normais com aquele país.

O Brasil aderiu ao boicote determinado pelas Nações Unidas, que proíbe a negociação de armas e produtos químicos, entre outros, com a África do Sul. Porém, o comércio bilateral ainda é grande, tendo somado 231 bilhões de dólares no ano passado e sendo considerado vantajoso para o Brasil, que exportou 166 milhões de dólares (principalmente produtos agrícolas e minerais) e importou, da África do Sul, 65 milhões de dólares, basicamente minérios.

Um funcionário do Itamaraty revelou à imprensa que a posição brasileira é pela manutenção das sanções até que leis fundamentais do *apartheid* sejam efetivamente abolidas - isto representa, entre outras coisas, a garantia de voto aos negros e a volta do exílio de milhares de opositores do atual regime.

África do Sul continua com o *apartheid*

Embora o atual governo sul-africano, liderado por De Klerk, tenha tomado algumas iniciativas no sentido de reduzir a cruel discriminação contra a maioria negra daquele país - legalizou organizações como o Congresso Nacional Africano, CNA, à qual Mandela pertence, e revogou algumas leis do *apartheid* - não se pode deduzir daí que tenha eliminado ou mesmo que esteja disposto a eliminar o odioso sistema de segregação racial conhecido como *apartheid*.

A maior restrição à democracia racial, que segundo recentes pesquisas levaria inevitavelmente à conquista do governo pelos negros, continua

intacta o princípio de "uma pessoa, um voto", conforme diz Mandela. Os negros não possuem o elementar direito ao voto. Além disto, sobrevivem discriminações de variados níveis contra a maioria e as autoridades não admitem a volta dos exilados.

Na verdade, a tática de De Klerk corresponde à velha e conhecida artimanha de "entregar os anéis para não perder os dedos", sendo uma variante da expressão imortalizada no romance "O Leopardo" ("façamos a revolução antes que o povo a faça"). E os sinais disto são mais que nítidos.

Há poucos dias ficou comprovado que o governo racista

financia uma organização tribal, a Inkatha, liderada por Mangosuthu Buthelezi, para estimular a luta entre os próprios negros e, especialmente, cometer assassinatos e manifestações contra o CNA. O próprio governo foi forçado a admitir que destinou 500 mil dólares à sustentação da campanha do Inkatha. Buthelezi (um zulu), traindo uma heróica tradição de luta anticolonial de sua tribo, organizou atentados e confrontos com membros do CNA que somente nos últimos dois anos resultaram em cerca de 2 mil mortos.

"Há 15 anos dizemos que há aliança entre o governo e essa organização", assegurou

Mandela, em entrevista ao "El Pats". A comprovação da ligação evidencia também o real interesse e postura do governo presidido por De Klerk. A minoria branca não abre mão do poder e estimula as lutas tribais para desmoralizar os negros.

"O que acontece na África do Sul", sustenta Mandela, "não é uma violência de negros contra negros, mas uma estratégia preparada por essa organização (Inkatha) e o governo que a está financiando. Os meios de comunicação querem criar uma imagem de guerra entre negros, quando na verdade há uma violência orquestrada pelos órgãos de segurança."

Por essas razões, acrescenta Mandela, é no mínimo prematuro suspender as sanções contra o regime racista, já que elas foram "introduzidas com uma finalidade específica: a eliminação de todas as formas de opressão racial e o voto de todos os sul-africanos. Nenhum desses objetivos foi alcançado.

É verdade que foram abolidas certas leis discriminatórias que eram consideradas os pilares do *apartheid*, mas não significa que o *apartheid* tenha acabado. Continua havendo discriminação nas verbas para educação, moradia, serviços sanitários e sociais."

A nova divisão mundial e o Brasil

A Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil reuniu-se em São Paulo, dia 23 de julho, oportunidade em que apreciou a situação nacional e internacional, assim como procedeu ao balanço dos preparativos para o 8º Congresso do partido, a realizar-se de 20 a 26 de janeiro do próximo ano. Foram estas as principais conclusões da CE do PCdoB:

1) A reunião do grupo dos sete grandes países imperialistas, o chamado G-7, ocorrida recentemente em Londres, ao contrário das aparências de entendimento contidas nos comunicados oficiais, indica o agravamento da disputa pela hegemonia entre países imperialistas, principalmente Japão e Estados Unidos.

A superioridade econômica e tecnológica do Japão, que cada dia desponta mais à frente na competição pelos mercados, provoca, sobretudo da parte dos EUA e da França, verdadeiras "declarações de guerra" comercial. Os EUA reagem ao seu declínio econômico brandindo o poderio bélico e tentando reforçar a todo custo sua hegemonia nos terrenos político e diplomático. Apresentam, como em nenhum outro momento da história, sua face de potência agressiva que, em cada lance mais atrevido de sua política externa, põe em risco a paz mundial.

Não se pode prever a forma nem o ritmo que os acontecimentos adquirirão, mas seguramente o desenvolvimento dos planos estratégicos decorrentes das contradições inter imperialistas conduz a grandes confrontos.

2) A União Soviética, mergulhada em profunda crise econômica e política, retira em definitivo todas as máscaras "socialistas", integrando-se totalmente no campo capitalista. Gorbachev submeteu-se ao vexame de bater na porta da frente e entrar pelos fundos da reunião do G-7. Deixou garantias de acelerar as reformas capitalistas na URSS em troca de promessas de ajuda financeira. Tanto os EUA como o Japão jogam, à sua maneira, a cartada soviética. Bush é obrigado a sustentar Gorbachev, até agora de grande serventia para sua política global. O Japão, por seu turno, simula o esfriamento de relações com a URSS, enquanto amplia seus investimentos e penetração no mercado soviético.

3) Os processos em curso no mundo de hoje colocam em primeiro plano o agravamento das contradições entre os países ricos e os pobres. Nas vastas áreas do planeta conhecidas como terceiro mundo criou-se uma grave e explosiva situação econômica e social,



Bush aponta a porta dos fundos para Gorbachev, como forma da URSS integrar-se ao mundo capitalista, enquanto...

resultante do atraso dessas regiões e da exploração e domínio neocolonialista exercido pelas nações imperialistas. A fim de reforçar esse domínio, os países ricos reunidos em Londres propuseram a política de intervenção nos conflitos regionais, onde pretensamente "sejam violados os direitos humanos". Tentam justificar e legalizar tal política através da ONU que se converteria, sob a tutela norte-americana, em "polícia do mundo". No afã de conjurar o perigo de qualquer reação por parte dos países dependentes, os imperialistas elaboram planos estratégicos inclusive para extinguir os exércitos nacionais. O pano de fundo de tão descarado intervencionismo é a liquidação das fronteiras nacionais dos países dependentes, golpe de misericórdia na soberania das nações e dos povos. A posição adotada em relação ao Iraque, de intensificação do bloqueio econômico

e de ameaças abertas de novos bombardeios, por parte dos Estados Unidos, indica o sentido dessa política.

A CE do Partido Comunista do Brasil condena enfaticamente a espoliação dos povos e nações do terceiro mundo e levanta a bandeira da luta anti imperialista, em defesa da soberania nacional.

4) No Brasil, o processo de liquidação da soberania dá-se a ritmos acelerados. Sob o pretexto de integração na economia mundial, que não passa de submissão ainda maior aos países ricos, imperialistas, o governo de Fernando Collor vai levando a efeito a maior ofensiva já conhecida na história contra a independência do país, criando uma situação cada vez mais grave. Os setores básicos do desenvolvimento da economia são colocados em cheque pelo governo Collor. Encontram-se ameaça-

das as empresas estatais, do que é exemplo maior, até agora, o programa do leilão da Usiminas; investe-se despididamente contra a indústria da informática, a indústria bélica, o setor químico-farmacêutico, os portos estatizados. Os planos de internacionalização da Amazônia continuam na ordem do dia, tendo sido inclusive discutidos na reunião do G-7.

5) Os recentes episódios que resultaram na substituição do chefe da delegação do FMI em missão de monitoramento em nosso país não passaram de mais uma encenação circense do presidente da República. Porta-vozes qualificados do governo, como o ministro da Economia, Marclio Marques Moreira, vieram a público reafirmar a disposição de reformar a Constituição de acordo com as receitas do imperialismo. Nos bastidores correm soltas as negocia-



...Collor prossegue as suas encenações. Com a mesma vitalidade, pratica esportes e liquida o país.

ções para fechar um acordo nocivo com o FMI, tendo como premissa a alienação da economia nacional e as garantias de que o Brasil pagará pontualmente os juros da dívida externa. Aliás, já foram dadas anteriormente pelo governo brasileiro as garantias de que até o fim do ano o país desembolsará, com esse objetivo, mais 8 bilhões de dólares.

Tudo isso demonstra que, hoje, o problema nacional avulta como a questão principal da vida política brasileira.

6) O governo Collor vive períodos de instabilidade. Por um lado, sente a pressão do imperialismo que exige a aceleração do processo de entrega do país. Por outro, apercebe-se de que isto provoca vasto descontentamento entre variados setores da sociedade, inclusive nas Forças Armadas. Por isso, segue uma política de duas caras, com o objetivo de confundir, neutralizar e isolar a oposição, ao mesmo tempo em que tenta apagar possíveis focos de tensão. Continua governando o país através do desgastado método de passar por cima do Congresso, contra o qual faz campanha de desmoralização, ao tempo em que falsamente estende a mão para o "entendimento nacional". Usa a "política dos governadores", administrando a distribuição de verbas federais com fins de cooptação política. Sua tática de aproximação com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, e os acenos a setores do PT e da CUT fazem parte das manobras para confundir a oposição.

7) A Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil considera que ainda é fraca e desarticulada a resistência ao entreguismo do governo e ao descalabro da situação econômico-social do país. Reina em amplos setores do movimento democrático-popular a perplexidade e mesmo a apatia.

8) O PCdoB considera, entretanto, que há campo e forças para desenvolver uma política de oposição enérgica e consequente ao governo Collor. O fato de estar em liquidação a soberania nacional e de agravar-se celeremente a situação do país, semeia vasta insatisfação em largos setores da sociedade. As forças progressistas têm amplas possibilidades de romper com as táticas exclusivistas e sair dos marcos das alianças estreitas, a fim de desenvolver uma política mais ampla e mais ativa de oposição concentrada ao governo entreguista e antipopular de Fernando Collor.

São Paulo, 24 de julho de 1991
A Comissão Executiva Nacional do Partido Comunista do Brasil

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Collor finge e faz acordo com FMI

Antônio Martins*

Ao mesmo tempo em que trava uma polêmica artificial com o chefe da missão do FMI, Collor comandou acordos, reuniões e ataques à Constituição que selaram uma política inédita de submissão aos planos do imperialismo. O presidente obteve ganhos políticos aparentes, aproveitando-se inclusive da confusão das forças progressistas. Mas a fidelidade às propostas do Fundo pode resultar em breve numa inflação semelhante à dos tempos de Sarney, e na corrosão rápida das bases de apoio político ao Planalto.

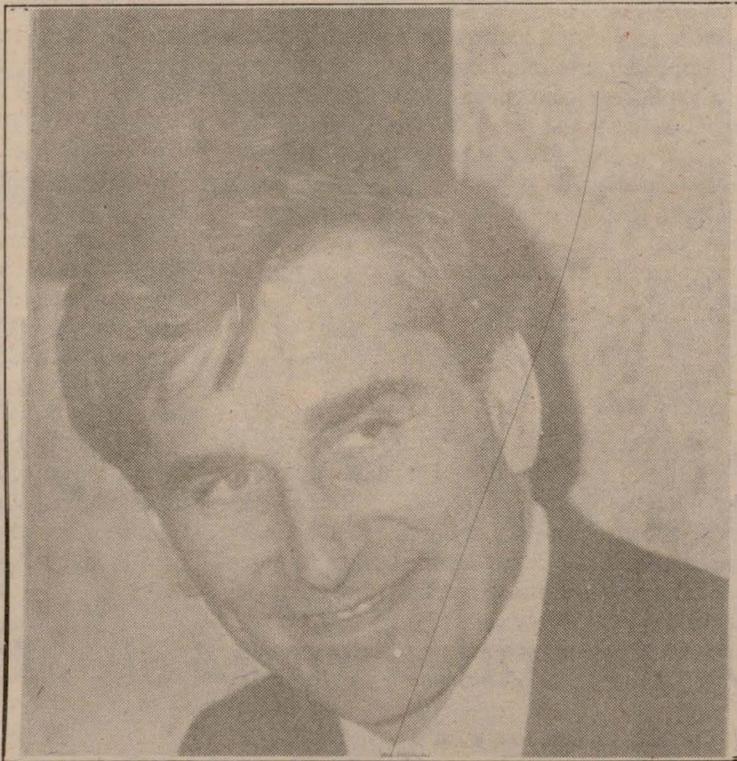
Exibido por um dos vários manifestantes que cercavam o Palácio do Planalto numa das inúmeras cerimônias de "descida da rampa" realizadas nos últimos dias, o cartaz elogiava o Presidente por sua "valentia" frente às declarações injuriosas de José Fajgenbaum, que ainda dirigia a comitiva de técnicos do FMI em visita ao país. Além disso, ressaltava: "não somos colônia". Tanto os noticiários da TV quanto os jornais diários foram unânimes em destacar o "apoio" popular à atitude "soberana" do chefe de governo.

O manifestante postado diante do Palácio simbolizava afinal, uma confusão que não era apenas dele próprio. Nos dias anteriores, o ex-governador de S. Paulo, Orestes Quêrcia, que faz de tudo para aparecer como a face visível da oposição, havia insinuado que Collor fora esquerdista demais. "Não temos condições de desafiar o Fundo hoje", chegou a dizer o presidente do PMDB. O ex-ministro Bresser Pereira, que hoje é figura destacada no PSDB e que também jogou papel na luta contra o regime militar, chegou a escrever, num artigo publicado na "Folha de S. Paulo" que o Presidente colocava-se na posição incômoda de representante do "nacionalismo retrógrado dos anos 50, uma tendência que desconhece o que ele chama de 'interdependência' entre as nações."

Sem oposição mais ampla Collor tenta confundir o povo.

A esquerda não foi capaz de produzir nenhum fato político que enfrentasse as especulações dos poderosos. Desinformada pela imprensa conservadora, e sem ver nos que se propõem a dirigir suas lutas uma contraposição de peso à interpretação corrente nos jornais e na TV, parte do povo confundiu-se diante da substituição de José Fajgenbaum, que até 23/7 chefiava a missão do FMI no Brasil. A verdade é que, disfarçada sob o manto de uma afirmação viril da soberania brasileira, está em curso uma submissão sem precedentes às orientações que o imperialismo - e o FMI em particular - pretendem ver adotadas na

Allton Freitas



A "valentia" de Collor não tirou Fajgenbaum da missão e nem do país ...

economia brasileira. Os primeiros sinais deste movimento poderiam ter sido colhidos já no início de julho, quando o ministro Marcílio Moreira empreendeu uma viagem "de despedida" aos Estados Unidos, onde exercia o cargo de embaixador antes de assumir, por determinação de Collor, o cargo originalmente ocupado por Zélia Cardoso de Mello.

Num giro entre Washington e Nova York que durou de 7 a 11 de julho, o ministro assumiu compromissos que sinalizavam um acordo ainda mais profundo que os firmados pelo próprio presidente Collor em sua viagem aos EUA, semanas antes. Em entrevista com o vice-presidente americano, Dan Quayle assegurou que a sociedade brasileira "já está consciente" das reformas estruturais por que a economia terá de passar. Garantiu ainda que tais mudanças incluam "abrir o país à competição internacional". E detalhou: o governo brasileiro deflagraria, nos dias seguintes, um movimento para acelerar as privatizações, consolidar a abertura às importações e promover uma "saída ordeira" do congelamento de preços, que continuava sendo visto pelos credores e pela grande burguesia brasileira como uma herança indesejável dos tempos da ministra Zélia.

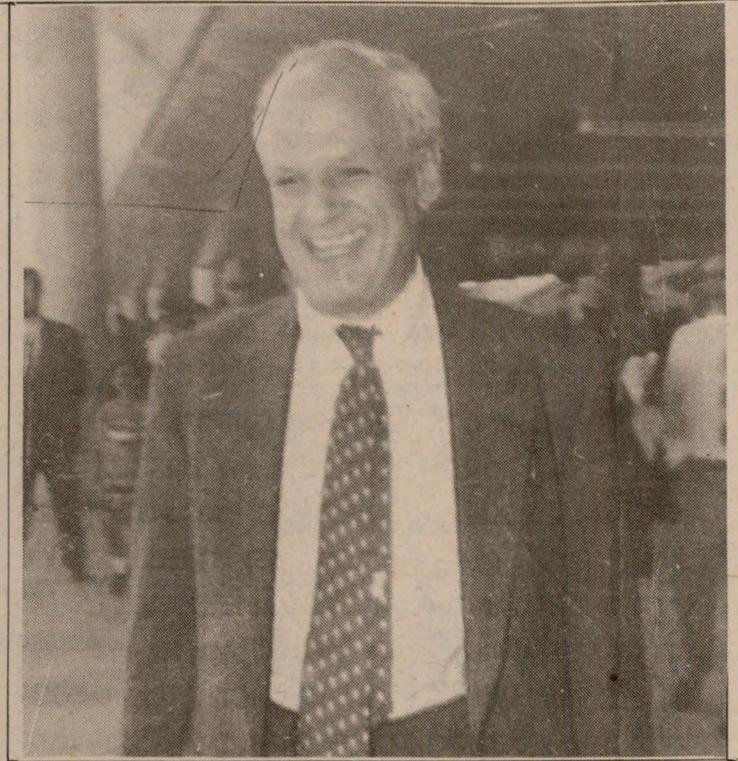
O Governo já havia feito as concessões que o FMI exigia

O ministro Marcílio acertou pessoalmente com Michel Camdessus, diretor-geral do FMI, a antecipação da chegada ao país da missão do FMI que viria negociar um acordo provisório com o Brasil. Prevista anteriormente para o

final do mês, a vinda dos técnicos do Fundo foi remarcada, após as concessões anunciadas pela autoridade brasileira, para 15 de julho. Interessado em retomar as relações "normais" com a comunidade financeira, e com elas o pagamento de 12 bilhões de dólares de juros por ano aos credores, o Palácio do Planalto precisava obter recursos que amenizassem ao menos parcialmente o peso que esses exercem na economia e em especial nas finanças públicas.

Os negociadores do Fundo chegaram em 16 de julho. E das negociações entre eles e as autoridades econômicas brasileiras resultou, como era de se prever, um amplo elenco de concessões às políticas do FMI. O governo brasileiro anunciou o avanço dos estudos para privatização de pelo menos quatro novas empresas estatais: Celma, Marfesa, Aços Piratini e Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST. Comunicou que enviaria ao Congresso Nacional um projeto de reajuste dos salários dos servidores públicos idêntico, na essência, ao que havia sido derrotado quando da rejeição da MP-296. E chegou a alardear, em ataque inédito às relações entre as esferas de poder consagradas na própria Constituição, o desejo de impor aos Estados e Municípios um arrocho orçamentário semelhante ao que a União estabelecia para si própria ao comprometer-se com o programa do FMI.

O Palácio do Planalto comunicou também que estava iniciando estudos para adoção de uma ampla reforma tributária. Ao abandonar até mesmo o conceito de "capacidade de pagamento" da dívida externa formulado durante a gestão da ministra Zélia, o Executivo pre-



Claudio Versiani

enquanto que a chegada de Beza serviu apenas de aparências e de hilário.

visava encontrar formas novas de extrair recursos da sociedade, e alardeava que executaria o movimento nos moldes "neoliberais": taxando sem distinção ricos e pobres. Tal reforma, porém, exige mudanças constitucionais importantes. E foi a elas que o técnico José Fajgenbaum se referiu quando disse no dia 17 de julho, que um acordo mais amplo com o Fundo passava necessariamente por uma mudança na Carta Magna brasileira.

O pedido de substituição do chefe da missão do FMI foi insignificante

O presidente Collor viu nas declarações de Fajgenbaum a oportunidade que lhe faltava para simular um desentendimento com o Fundo. Primeiro recomendou, quando ainda estava em Guadalajara participando da conferência de chefes de Estado de países latinos, que Fajgenbaum fosse "reformar a própria casa". Como o chefe da missão do Fundo demorou a retratar-se publicamente pelo deslize, Collor aproveitou para pedir, em 20 de julho, que o FMI substituisse "seu serviço".

O pedido, evidentemente insignificante do ponto de vista das relações entre ambas as partes, foi aceito dois dias depois. Assumiu a chefia da missão do Fundo Sterie Beza, considerado por todos os analistas como um negociador "mais duro" que o técnico que o antecedeu. Este, aliás, continuou a integrar a missão de funcionário do Fundo, em mais um sinal que a mudança era apenas de aparências. Nos dias que se seguiram à substituição, todos os fatos e documentos relevantes confirmaram a ten-

dência do governo a uma política ainda mais submissa aos preceitos do Fundo. O Banco Central patrocinou uma alta impressionante das taxas de juros que paga aos credores da dívida interna, sinalizando uma política de combate à inflação que deve ser em tudo semelhante à adotada nos tempos do então ministro Maílson da Nóbrega: nenhuma medida "heterodoxa", tipo congelamento, e crença absoluta na capacidade de reduzir a aceleração de preços através de taxas de juros que desestimulem o consumo ao máximo. A privatização de empresas como a Celma avançou ainda mais. E tornaram-se muito

nítidos os sinais de manutenção do arrocho tanto sobre os salários dos servidores quanto sobre o conjunto dos assalariados. O ministro Marcílio ameaçava até mesmo, até o último dia 30, não honrar o acordo que fizera ao término dos trabalhos legislativos do primeiro semestre, e pelo qual se comprometera a apresentar, no início de agosto, uma nova proposta de política salarial. Para nossa maior humilhação, o novo chefe do Fundo comunicou, em 30/7, que retornaria em seguida a Washington, e que as autoridades brasileiras precisariam deslocar-se até a capital dos EUA se desejassem de fato firmar um acordo com o FMI.

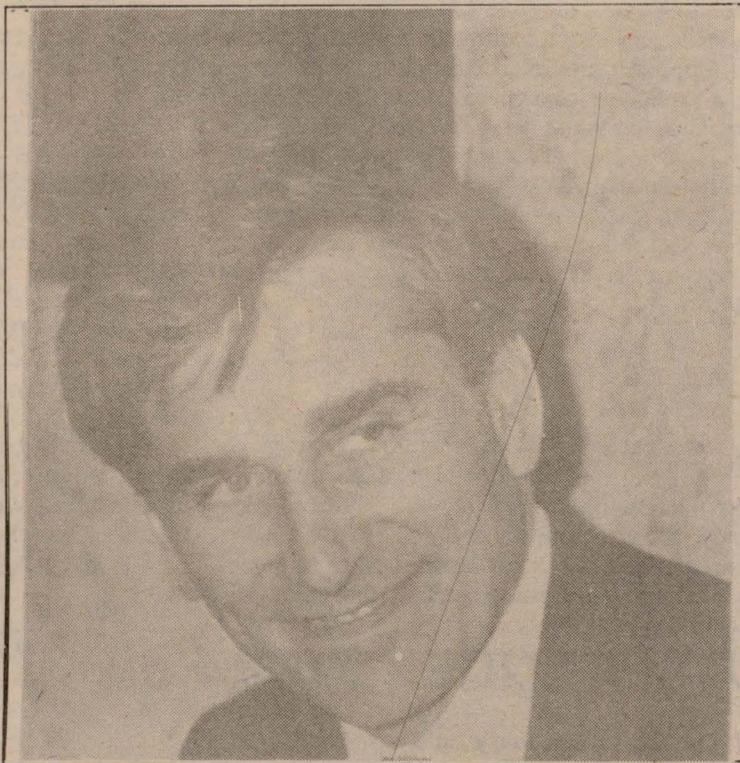
Nas próximas semanas o acordo deverá ser concretizado. Mas, até as negociações permanecerem como estão. Se desta vez as forças progressistas forem capazes de analisar em profundidade as bases desse compromisso, poderão mostrar com clareza ao povo quem é o verdadeiro serviço do FMI.

CDM Centro de Documentação e Memória
Maurício Grabois
*Colaborador da "Classe Operária"

Collor finge e faz acordo com FMI

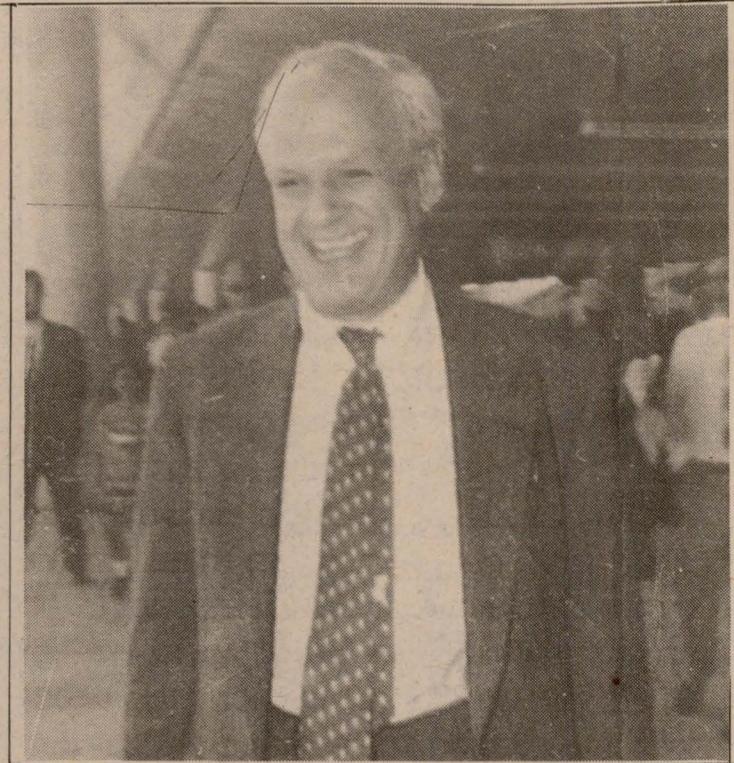
Antônio Martins*

Allton Freitas



A "valentia" de Collor não tirou Fajgenbaum da missão e nem do país ...

Claudio Versiani



enquanto que a chegada de Beza serviu apenas de aparências e de bilário.

Ao mesmo tempo em que travava uma polêmica artificial com o chefe da missão do FMI, Collor comandou acordos, reuniões e ataques à Constituição que selaram uma política inédita de submissão aos planos do imperialismo. O presidente obteve ganhos políticos aparentes, aproveitando-se inclusive da confusão das forças progressistas. Mas a fidelidade às propostas do Fundo pode resultar em breve numa inflação semelhante à dos tempos de Sarney, e na corrosão rápida das bases de apoio político ao Planalto.

Exibido por um dos vários manifestantes que cercavam o Palácio do Planalto numa das inúmeras cerimônias de "descida da rampa" realizadas nos últimos dias, o cartaz elogiava o Presidente por sua "valentia" frente às declarações injuriosas de José Fajgenbaum, que ainda dirigia a comitiva de técnicos do FMI em visita ao país. Além disso, ressaltava: "não somos colônia". Tanto os noticiários da TV quanto os jornais diários foram unânimes em destacar o "apoio" popular à atitude "soberana" do chefe de governo.

O manifestante postado diante do Palácio simbolizava afinal, uma confusão que não era apenas dele próprio. Nos dias anteriores, o ex-governador de S.Paulo, Orestes Quêrcia, que faz de tudo para aparecer como a face visível da oposição, havia insinuado que Collor fora esquerdista demais. "Não temos condições de desafiar o Fundo hoje", chegou a dizer o presidente do PMDB. O ex-ministro Bresser Pereira, que hoje é figura destacada no PSDB e que também jogou papel na luta contra o regime militar, chegou a escrever, num artigo publicado na "Folha de S. Paulo" que o Presidente colocava-se na posição incômoda de representante do "nacionalismo retrógrado dos anos 50, uma tendência que desconhece o que ele chama de 'interdependência' entre as nações."

Sem oposição mais ampla Collor tenta confundir o povo.

A esquerda não foi capaz de produzir nenhum fato político que enfrentasse as especulações dos poderosos. Desinformada pela imprensa conservadora, e sem ver nos que se propõem a dirigir suas lutas uma contraposição de peso à interpretação corrente nos jornais e na TV, parte do povo confundiu-se diante da substituição de José Fajgenbaum, que até 23/7 chefiava a missão do FMI no Brasil. A verdade é que, disfarçada sob o manto de uma afirmação viril da soberania brasileira, está em curso uma submissão sem precedentes às orientações que o imperialismo - e o FMI em particular - pretendem ver adotadas na

economia brasileira. Os primeiros sinais deste movimento poderiam ter sido colhidos já no início de julho, quando o ministro Marclio Moreira empreendeu uma viagem "de despedida" aos Estados Unidos, onde exercia o cargo de embaixador antes de assumir, por determinação de Collor, o cargo originalmente ocupado por Zélia Cardoso de Mello.

Num giro entre Washington e Nova York que durou de 7 a 11 de julho, o ministro assumiu compromissos que sinalizavam um acordo ainda mais profundo que os firmados pelo próprio presidente Collor em sua viagem aos EUA, semanas antes. Em entrevista com o vice-presidente americano, Dan Quayle assegurou que a sociedade brasileira "já está consciente" das reformas estruturais por que a economia terá de passar. Garantiu ainda que tais mudanças incluam "abrir o país à competição internacional". E detalhou: o governo brasileiro deflagraria, nos dias seguintes, um movimento para acelerar as privatizações, consolidar a abertura às importações e promover uma "saída ordeira" do congelamento de preços, que continuava sendo visto pelos credores e pela grande burguesia brasileira como uma herança indesejável dos tempos da ministra Zélia.

O Governo já havia feito as concessões que o FMI exigia

O ministro Marclio acertou pessoalmente com Michel Camdessus, diretor-geral do FMI, a antecipação da chegada ao país da missão do FMI que viria negociar um acordo provisório com o Brasil. Prevista anteriormente para o

final do mês, a vinda dos técnicos do Fundo foi remarcada, após as concessões anunciadas pela autoridade brasileira, para 15 de julho. Interessado em retomar as relações "normais" com a comunidade financeira, e com elas o pagamento de 12 bilhões de dólares de juros por ano aos credores, o Palácio do Planalto precisava obter recursos que amenizassem ao menos parcialmente o peso que esses exercem na economia e em especial nas finanças públicas.

Os negociadores do Fundo chegaram em 16 de julho. E das negociações entre eles e as autoridades econômicas brasileiras resultou, como era de se prever, um amplo elenco de concessões às políticas do FMI. O governo brasileiro anunciou o avanço dos estudos para privatização de pelo menos quatro novas empresas estatais: Celma, Marfesa, Aços Piratini e Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST. Comunicou que enviaria ao Congresso Nacional um projeto de reajuste dos salários dos servidores públicos idêntico, na essência, ao que havia sido derrotado quando da rejeição da MP-296. E chegou a alardear, em ataque inédito às relações entre as esferas de poder consagradas na própria Constituição, o desejo de impor aos Estados e Municípios um arrocho orçamentário semelhante ao que a União estabelecia para si própria ao comprometer-se com o programa do FMI.

O Palácio do Planalto comunicou também que estava iniciando estudos para adoção de uma ampla reforma tributária. Ao abandonar até mesmo o conceito de "capacidade de pagamento" da dívida externa formulado durante a gestão da ministra Zélia, o Executivo pre-

cisava encontrar formas novas de extrair recursos da sociedade, e alardeava que executaria o movimento nos moldes "neoliberais": taxando sem distinção ricos e pobres. Tal reforma, porém, exige mudanças constitucionais importantes. E foi a elas que o técnico José Fajgenbaum se referiu quando disse no dia 17 de julho, que um acordo mais amplo com o Fundo passava necessariamente por uma mudança na Carta Magna brasileira.

O pedido de substituição do chefe da missão do FMI foi insignificante

O presidente Collor viu nas declarações de Fajgenbaum a oportunidade que lhe faltava para simular um desentendimento com o Fundo. Primeiro recomendou, quando ainda estava em Guadalajara participando da conferência de chefes de Estado de países latinos, que Fajgenbaum fosse "reformar a própria casa". Como o chefe da missão do Fundo demorou a retratar-se publicamente pelo deslize, Collor aproveitou para pedir, em 20 de julho, que o FMI substituisse "seu serviço".

O pedido, evidentemente insignificante do ponto de vista das relações entre ambas as partes, foi aceito dois dias depois. Assumiu a chefia da missão do Fundo Sterie Beza, considerado por todos os analistas como um negociador "mais duro" que o técnico que o antecedeu. Este, aliás, continuou a integrar a missão de funcionário do Fundo, em mais um sinal que a mudança era apenas de aparências. Nos dias que se seguiram à substituição, todos os fatos e comentários relevantes confirmaram a ten-

dência do governo a uma política ainda mais submissa aos preceitos do Fundo. O Banco Central patrocinou uma alta impressionante das taxas de juros que paga aos credores da dívida interna, sinalizando uma política de combate à inflação que deve ser em tudo semelhante à adotada nos tempos do então ministro Mailson da Nóbrega: nenhuma medida "heterodoxa", tipo congelamento, e crença absoluta na capacidade de reduzir a aceleração de preços através de taxas de juros que desestimulem o consumo ao máximo. A privatização de empresas como a Celma avançou ainda mais. E tornaram-se muito nítidos os sinais de manutenção do arrocho tanto sobre os salários dos servidores quanto sobre o conjunto dos assalariados. O ministro Marclio ameaçava até mesmo, até o último dia 30, não honrar o acordo que fizera ao término dos trabalhos legislativos do primeiro semestre, e pelo qual se comprometera a apresentar, no início de agosto, uma nova proposta de política salarial. Para nossa maior humilhação, o novo chefe do Fundo comunicou, em 30/7, que retornaria em seguida a Washington, e que as autoridades brasileiras precisariam deslocar-se até a capital dos EUA se desejassem de fato firmar um acordo com o FMI.

Nas próximas semanas o acordo deverá ser concretizado. Mas, até as negociações permanecerem como estão. Se desta vez as forças progressistas forem capazes de analisar em profundidade as bases desse compromisso, poderão mostrar com clareza ao povo quem é o verdadeiro serviço do FMI.
Maurício Grabois
*Colaborador da "Classes Operária"

CSC elege terceira bancada do 4º Concut apesar das manobras

Carlos Henrique Vasconcelos*

Mozart Trindade

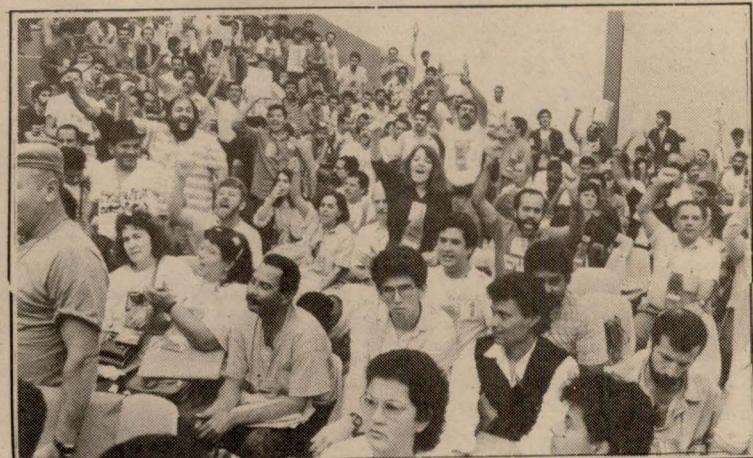


A deputada federal Janáira Feghali (PCdoB/RJ) denunciou, já na abertura do 7º Concut/RJ, o exclusivismo da CUT.

Articulação cassa delegados na BA e MG

Em mais uma atitude arbitrária, antidemocrática e caustica a tendência "Articulação" fez aprovar em reunião da Executiva Nacional da CUT, no último dia 1º de agosto, em São Paulo, a aplicação de um coeficiente redutor que reduziu drasticamente as delegações dos Estados da Bahia e de Minas Gerais ao 4º Concut. O anúncio da medida ocorreu durante o fechamento desta edição, que apurou os seguintes números: a delegação da Bahia, que possuía 180 delegados, passou a ter apenas 114 delegados; enquanto que a de Minas Gerais, que tinha 174 delegados,

passou a ter apenas 106. No total foram cassados 134 delegados eleitos em congresso nos dois Estados. Em relação aos critérios adotados pela tendência majoritária na CUT, até o encerramento dos trabalhos da A Classe não se tinha conhecimento. No entanto, um fato é certo. As correntes políticas que exerceram nos congressos estaduais uma oposição mais firme e sistemática aos métodos da "Articulação" na central são as mais prejudicadas com a decisão tomada. Em ambos os Estados aquela tendência obteve um número inferior a outras forças políticas.



Bancada da CSC no 6º Concut/SP vibrou bastante.

Mais de um terço dos delegados do 4º Concut (um total de 1.646) foi eleito no último dia 28 de julho, entre os quais os do Rio de Janeiro e de São Paulo, responsáveis juntos por 540 delegados ao Congresso. A tônica dos dois congressos estaduais foi a mesma da maioria dos realizados em outros estados. Ou seja, quase nenhuma discussão acerca das grandes questões nacionais, plano de lutas da CUT e a reforma agrária, entre outros temas.

De acordo com o ex-deputado federal Edmilson Valentim, delegado do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e eleito vice-presidente da Executiva Estadual, a ausência de discussão política no 7º Concut/RJ e mesmo nos Estados, além de descaracterizar o papel entre os trabalhadores, abre espaços para o braço sindical do governo Collor e o seu projeto neoliberal, que é a Força Sindical, central ligada aos patrões e dirigida por Luis Antonio Medeiros.

A Corrente Sindical Classista foi o destaque desses congressos, em que pontificou a atuação firme e decidida de delegados em favor de uma CUT classista, independente e de luta. No Rio foram eleitos 116 delegados, sen-

do 11 deles da CSC, enquanto que em São Paulo foram eleitos 424, sendo 47 delegados da CSC. Após balanço da coordenação nacional da Corrente, a conclusão é de que o total da força alcança 233 delegados no país, o que representa a terceira tendência no ranking do 4º Concut (a primeira é a Articulação, com 809 delegados, e a segunda é a CUT pela Base, com 301 delegados), o que significa um percentual de 14,1% do total (veja quadro).

Edmilson acredita que a CSC tem condições de crescer durante o Concut, com uma postura de independência política e determinada a resgatar o papel fundamental da CUT, de combate e resistência ao capitalismo e em defesa da democratização da entidade.

"Não podemos minimizar a luta dos trabalhadores em favor de uma disputa intensiva entre tendências políticas", declarou.

Com a mesma preocupação, o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Wagner Gomes, abordou o 6º Concut/SP. Para ele, a luta da CSC é para que esses fatos não se repitam no Concut. Aguarda que o congresso sirva para discutir os temas importantes para a Na-

ção, "como a política econômica do governo, a dívida externa, um plano de lutas e discuta a questão do socialismo, que é do interesse dos trabalhadores".

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo, Nivaldo Santana, que foi eleito para a Executiva da CUT paulista, considerou que a falta de democracia na entidade, o exclusivismo da tendência majoritária, a "Articulação" e as manobras antiestatutárias da Executiva Nacional da entidade são os principais fatores responsáveis pelos pontos negativos registrados nos congressos estaduais. Segundo ele, a luta da CSC será para que esses fatos não voltem a ocorrer, agora no 4º Concut.

Quanto à política de alianças que a CSC fará no Congresso Nacional da CUT, Nivaldo Santana disse que essa questão, assim como o balanço político dos congressos estaduais e as tarefas da Corrente serão discutidas na reunião nacional que ocorrerá no próximo dia 12 de agosto, no Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo, na capital paulista. Ele espera que na reunião estejam presentes os representantes de todos os Estados brasileiros.

* Colaborador de A Classe

QUADRO DE DELEGADOS AO 4º CONCURTO **

Força política	nº de delegados	percentual (%)
Articulação *	809	49,15
CUT pela Base	301	18,29
Corrente Sindical Classista	233	14,16
Convergência Socialista	109	6,62
Força Socialista	45	2,70
O Trabalho	42	2,60
Vertente Socialista/Nova Esquerda	26	1,60
Unidade Sindical	26	1,60
Partido da Libertação Proletária	19	1,10
Prestistas	6	0,40
Causa Operária	4	0,20
Outros	26	1,60
Total	1.646	100

* Estão incluídos delegados da Vertente Socialista, Nova Esquerda e Unidade Sindical de alguns estados.

** Este quadro refere-se aos delegados legitimamente eleitos nos congressos estaduais, não estando sendo contabilizadas as reduções aprovadas posteriormente pela "Articulação" nos congressos da Bahia e Minas Gerais.

Fundação Mauricio Grabois

EUA x URSS: redução de armas é blefe

Umberto Martins*

Com muito fausto e abundante retórica realizou-se no decorrer da última semana mais uma reunião de cúpula entre as duas maiores potências militares do planeta, Estados Unidos e União Soviética. "Gestos, cordialidade, promessas e um acordo de armas simbólico", conforme observou o jornalista Paulo Francis de "O Estado de S. Paulo", parecem resumir o conteúdo final do encontro.

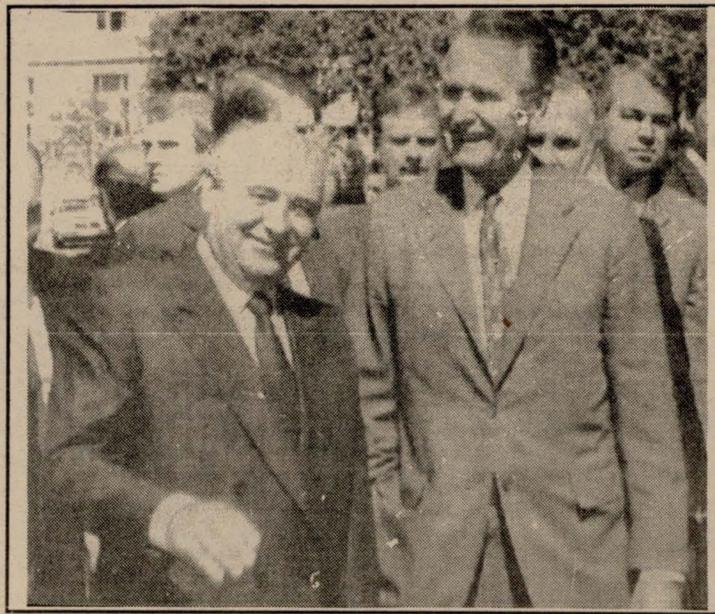
Gorbachev e Bush assinaram um novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start), fato registrado com grande otimismo pela mídia internacional. O acordo prevê a diminuição do estoque de mísseis nucleares de longo alcance, em 35% no caso da URSS (11 para 7 mil) e em 20% dos que estão em poder dos EUA (o que significa uma redução de 12 para 9 mil ogivas).

No entanto, de acordo com os especialistas, tal iniciativa praticamente não reduz o poder de destruição dos dois países, além de permitir o desenvolvimento

de novas armas nucleares. Em relação aos tratados anteriores, "a única diferença é uma tendência a se ter menos ogivas com maior precisão, trocando-se a quantidade pela qualidade", como observou o jornalista Jamari França, do "Jornal do Brasil".

No entanto, saudada como a primeira cúpula pós-guerra-fria, o encontro foi interpretado pelo presidente norte-americano, George Bush, como o início de "uma nova era de esperança", enquanto Gorbachev garantiu: "Pela primeira vez os dois países têm a oportunidade de construir suas relações com base nos valores humanos universais." Bush tratou de acrescentar que EUA e URSS transformaram-se em "pacificadores e guardiões da ordem". E que ordem!

Segundo o presidente norte-americano, a conduta do governo soviético em relação à agressão militar liderada por seu país contra o Iraque foi um sinal da nova "ordem" e da "paz" almejada. Em conversas com Gorbachev, ele não disfarçou o dese-



jo de isolar ainda mais Cuba e liquidar o quanto mais rápido possível com a resistência antiimperialista daquele país, comandada por Fidel Castro.

Cinicamente, Bush garantiu que os EUA "não são uma ame-

aça para Cuba", exigindo que a União Soviética corte a ajuda econômica e militar ao regime cubano, "particularmente quando o arrogante Fidel Castro, isolado em seu totalitarismo obsoleto, nega a seu povo o direito ao menor movimento para a democracia".

A "cúpula" aparentemente acentuou a aproximação entre o imperialismo norte-americano e o regime liderado por Gorbachev, porém transcorreu dentro de um contexto e uma realidade um tanto quanto patética e de qualquer modo bastante distanciada das idéias anunciadas pelos dois líderes que a protagonizaram, ambos dirigentes de impérios em franca decadência. No caso da URSS, isto é uma verdade mais cruel e patente, já não sujeita a grandes dúvidas.

Provavelmente Gorbachev

acalentou esperanças de obter ajuda mais efetiva dos Estados Unidos para enfrentar os graves problemas internos com que se defronta na URSS, particularmente no campo econômico. Sem "amigo", porém, depara-se igualmente com terríveis dificuldades financeiras e pouco ou nada tem a oferecer.

Aliás, Bush acabou sendo porta-voz de reivindicações territoriais nipônicas em torno das ilhas Kurilas, capturadas pela URSS logo após a Segunda Guerra. Sugeriu que se a União Soviética não ceder às pretensões japonesas (que exigem o arquipélago de volta) dificilmente conseguirá se integrar plenamente à "economia de mercado", um reconhecimento velado do poder do Japão - a rigor a única potência com folga para se dar ao luxo de exportar capital em volume apreciável.

Ficou claro também que Bush procura jogar com as contradições nacionais na URSS, que se agravam diariamente. A manutenção do último império multinacional do planeta só tem sido possível, até o momento, devido à crescente utilização da violência e repressão policial. Enquanto transcorria a cúpula, um novo massacre foi perpetrado na Lituânia, segundo o governo daquela república por forças repressivas soviéticas - sete lituanos morreram e um ficou gravemente ferido. O presidente norte-americano, acusado por alguns militares soviéticos de estimular o separatismo na URSS, manteve encontros, embora sem muito alarde, também com representantes das forças nacionalistas do país.

Povo soviético não aceita privatizar

O programa econômico de Gorbachev, que visa implantar plena e definitivamente a chamada economia de mercado na URSS - centrado na privatização das estatais - certamente agrada e muito sensibiliza os líderes dos países imperialistas do Ocidente, aliás é em função das pressões exercidas por estes que se pretende implementá-lo. Mas não corresponde à vontade do povo soviético.

Isto foi revelado há poucos dias por uma pesquisa de opinião (feita pelo "Times Mirror Centre for the People"), divulgada às vésperas da reunião de cúpula entre Bush e Gorbachev.

O levantamento abrange um universo de 2.210 pessoas na Rússia, Ucrânia e Lituânia, que opinaram acerca do controle sobre os meios de produção pelo Estado e a decantada iniciativa privada.

Nada menos do que 76% dos entrevistados na Federação Russa e 86% na Ucrânia manifestaram-se a favor da continuidade do controle estatal sobre as indústrias pesadas, enquanto "maiorias substanciais também defendem o controle estatal para os bancos, escolas, companhias de eletricidade, saúde pública, serviço telefônico, trens, ônibus, rádio e televisão, ao mesmo tempo em que apóiam o sistema multipartidário e a democracia", conforme observa o repórter Jack Nelson, do "Los Angeles Times".

O repórter observa que o presidente norte-americano, George Bush, ficou numa posição desconfortável: "Ele está pressionando Gorbachev a fazer uma coisa que os políticos americanos - entre eles o próprio Bush - quase nunca se dispõem a fazer, que é empreender um drástico programa de transformação dos alicerces políticos do país quando a opinião pública parece repudiar vigorosamente essas mudanças."

Também o porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, reconheceu que o problema poderá ter desdobramentos perigosos aos interesses dos capitalistas. "Gorbachev vai ter um trabalho intenso

para convencer seu povo a mudar para uma economia de mercado.

Este tem sido o maior problema desde o começo. Não existe uma ética (sic) do setor privado na União Soviética." Pudera!

No caso da URSS, mais do que no Brasil, é certo que a privatização significa um sinônimo de desnacionalização. Isto porque toda a trajetória do revisionismo naquele país - ou mais precisamente o processo de transição ao capitalismo que vem se desenvolvendo (com altas e baixas) desde Krushev - não logrou criar uma burguesia forte o suficiente para se candidatar à aquisição das gigantescas estatais implantadas no país a partir da revolução bolchevique. Somente os monopólios estrangeiros têm cacife para tanto. Nessas condições, não será surpresa o surgimento de manifestações de massa dentro da União Soviética em defesa das estatais ou, que lá dá rigorosamente no mesmo, contra a desnacionalização.

O movimento de transição ao capitalismo, embora em sua fase conclusiva, ainda não se completou na URSS, ao contrário do que parece ter ocorrido em todo o resto do Leste europeu (inclusive na Albânia, ao menos do ponto de vista político). E seus últimos lances prometem novidades, imprevisíveis ainda, mas provavelmente desagradáveis aos interesses capitalistas e hostis ao programa de Gorbachev e Cia.

O que o norte-americano Marlin Fitzwater identifica como ausência de "uma ética do setor privado na União Soviética", e encara com realismo como "o maior problema desde o começo" (para Gorbachev), certamente reflete vestígios de uma consciência (senão socialista, anticapitalista) que parece ter criado raízes e, bem ou mal, ainda hoje influencia o senso comum da sociedade, malgrado três décadas de revisionismo e alguns anos da descarada "perestroika", e pode constituir uma reserva revolucionária.

Decisão de abandonar Marx não consuma liberalismo

A evolução do revisionismo soviético para o liberalismo pleno e assumido, por incrível que possa parecer, ainda não se consumou e muito promete. Um passo a mais nesta direção foi consumado na última reunião plenária do Comitê Central do PCUS, realizada dias 25 e 26. Com a discordância de 13 membros (entre cerca de 400), o órgão aprovou uma resolução apresentada por Gorbachev que propõe o abandono aberto da teoria marxista, seguido da transformação do partido, também explicitamente, numa organização social-democrata, formando "a base de um partido liberal", nas palavras de Boris Gidaspov, secretário-geral do PC de Leningrado. Além

claro, da defesa do mercado como supremo condutor das atividades econômicas.

Nada de surpreendente, visto que, a rigor, trata-se do reconhecimento de uma realidade que já conta décadas - na prática o abandono do marxismo há muito se deu, enquanto a "opção preferencial" pelo mercado é extensiva no mínimo desde a "perestroika" - e Gorbachev assumiu as rédeas do poder soviético em 1985.

No entanto, o drama ainda se desenvolve: o CC nada decidiu em definitivo, passando a bola para o congresso extraordinário do PCUS convocado para o final deste ano (novembro ou dezembro).

GOIÁS

Unidade progressista para 92

O Comitê Regional do PCdoB - Goiás divulgou dia 14 de julho último um manifesto sobre as eleições municipais de 92, onde propõe a coligação entre os partidos progressistas e democráticos.

A receptividade da idéia tem sido grande nos meios políticos e na imprensa goiana. Adalberto Monteiro, presidente regional do PCdoB afirma que "a unidade da esquerda é uma antiga aspiração do povo, principalmente em Goiânia e Anápolis, onde no pleito passado a esquerda saiu dividida e perdeu a eleição para a Prefeitura por uma margem mínima de votos. Faltaram apenas 10.500 votos em Goiânia, num universo eleitoral de mais de 400 mil eleitores, e em Anápolis a direita ganhou com apenas 1.700 votos de frente, onde há mais de 100 mil eleitores."

Na presente data, a um ano e três meses das eleições municipais de 92, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB - torna público este Manifesto. Dirige-se aos partidos progressistas, às forças democráticas e patrióticas, às lideranças sindicais, estudantis e populares; aos intelectuais e artistas, aos pequenos e médios empresários e produtores, aos trabalhadores e ao povo em geral, propondo a unidade dos partidos progressistas e das forças democráticas. Entende o PCdoB que este é o caminho capaz de assegurar a vitória popular nos pleitos de 92.

O ponto de partida desta ampla aliança, na capital e em todo o Estado, é a oposição, sob uma ótica progressista, ao governo Collor pelo seu conteúdo antinacional e antipopular e ao governo Íris Resende, que além de apoiar integralmente a política

collorista de recessão, arrocho salarial, desemprego, inflação, e de total entrega do país ao capital estrangeiro, governa Goiás como se fosse um imperador. Não negocia com os movimentos reivindicatórios e utiliza a violência policial contra os trabalhadores.

Coligação já no primeiro turno

Em Goiânia e Anápolis, e também em várias outras cidades, as prefeituras e significativas bancadas nas câmaras municipais estão ao alcance dos partidos progressistas. A unidade das esquerdas é uma forte e antiga aspiração do povo, e em 88 a esquerda dividida deixou de eleger os prefeitos das duas maiores cidades do Estado por uma margem irrisória de votos.

No atual quadro de forças, o PCdoB considera errada e nociva a tese de que as coligações progressistas devam ocorrer somente no 2º turno. Experiências anteriores já comprovaram que a eleição se define já no primeiro turno. O PCdoB conclama à coligação majoritária e proporcional no primeiro turno, consciente de que a dispersão da esquerda favorece a direita e poderosamente, determinar a derrota das forças avançadas da sociedade.

No caso específico de Goiânia, embora o PCdoB tenha lideranças em plenas condições de disputa como o ex-deputado federal Aldo Arantes, de grande prestígio em Goiás; a deputada estadual Denise Carvalho, a mais votada à Assembléia Legislativa na capital; e ainda o destacado vereador Euler Ivo, acredita ser precipitado, no momento, as conversações convergirem a nomes para encabeçar a chapa majoritária.

O momento atual é o de pavimentar o caminho das coligações, mesmo porque a vida já

provou que sem elas qualquer candidato progressista perde a eleição. Assim, o PCdoB propõe a realização imediata de encontros bilaterais e mesmo com o conjunto dos partidos, encontros da mesma forma de lideranças e personalidades progressistas, visando "costurar" esta aliança. A troca de idéias sobre as diretrizes principais das futuras administrações populares, e mesmo ações unitárias em relação às lutas sociais e políticas em curso, poderão acelerar a concretização desta frente.

Embora a finalidade principal desta frente seja a eleição do maior número de prefeitos e vereadores comprometidos com um programa político de cunho popular e democrático, opina o PCdoB que esses objetivos não devem se restringir a metas eleitorais. O governo Collor, já deu e errou seu "único tiro" e evidencia sinais de esgotamento. As bases internas de sustentação do presidente são volúveis, porque forjadas a partir de aliciamento e da corrupção descarada. A situação é tal que, sentindo a fragilidade institucional, os militares desrespeitam a Constituição, e investem contra o Congresso Nacional. Neste quadro é possível eclodir uma crise de poder.

A frente progressista a partir da sua articulação, no curso das eleições e depois delas, com a conquista de mandatos executivos e legislativos, além de se tornar um representante natural de oposição consequente a Collor e a Íris, poderá ser um poderoso instrumento do avanço da luta democrática e popular, e um baluarte de combate a casuísmos e ameaças de retrocesso.

O PCdoB, uma vez mais, desfalda com vigor a bandeira da unidade. Reafirma, com entusiasmo, que este é o caminho da vitória popular.

PCdoB na TV. Não perca!

Dia 29 de agosto próximo irá ao ar, em cadeia de rádio e TV, o programa do PCdoB, que veiculará uma denúncia contundente do processo de entrega da soberania nacional levada a cabo pelo governo Collor. Com reportagens vivas sobre o processo de privatizações, destacando o caso da Usiminas, o acordo militar que está sendo proposto entre o Brasil e os Estados Unidos, a nova lei de informática, etc.

Para tanto serão ouvidos não só militantes como também cientistas e personalidades de diversas correntes políticas, ligadas ao assunto.

No programa de uma hora de duração, estarão em tela também os problemas relativos à crise do socialismo, os acontecimentos do Leste Europeu, a situação da União Soviética e da Albânia.

No quadro atual, de grande ofensiva propagandística das classes dominantes, o programa que será visto e ouvido por milhões de pessoas, se revestirá de grande importância para a atividade do partido e para as forças progressistas em geral. Soará como um grito de resistência em defesa da liberdade e do socialismo.

**O TEMPO NÃO PÁRA!
O SOCIALISMO VIVE**

**Ajude a realizar o 8º Congresso do PCdoB
Deposite Cr\$ 1.000,00 na conta:
Partido Comunista do Brasil - Agência 2809-6
Conta 4065-7 - São Paulo - SP**

Teoria e Prática

O funeral do PTA

Bernardo Joffily*

O congresso de sepultamento do Partido do Trabalho da Albânia, e fundação de um certo Partido Socialista, exibiu um espetáculo tragicômico de rendição a toque de caixa. Ao ler seus documentos, parece que assistimos a um daqueles velhos filmes do cinema mudo, em que os atores se movimentam em ritmo acelerado. Em questão de meses a direção albanesa (expurgada da maioria dos dirigentes do antigo partido de Enver Hoxha) realizou uma marcha-à-ré que levou décadas para consumir-se na URSS e outros países do Leste. Parece incrível que ainda no ano passado o autor deste artigo tenha ouvido exatamente o contrário da boca de Fatos Nano, agora líder do novo PS. O partido, diante da pressão externa e interna, simplesmente capitulou.

Nem as aparências se salvam

A pressa impõe uma marcha-à-ré sem disfarces, explícita, despidorada, na prática e na teoria. A rigor, não dá nem para falar de um revisionismo albanês. A marca registrada do revisionismo é renegar a essência revolucionária do marxismo, porém mantendo as aparências marxistas. Na Albânia, nem as aparências se salvam. A direção renegada adota novas "bases ideológico-teóricas e organizativas", novo programa, novos estatutos, e, conforme suas palavras, "alinha-se agora conscientemente no grupo das forças socialistas européias", de Willy Brandt, Mitterand e Felipe González, "e adotará posições que emanam da ideologia socialista comum, da mesma estratégia".

No entanto, chama a atenção a semelhança entre as conclusões dos vira-casacas albaneses e as de Gorbachev & Cia. E chama a atenção principalmente porque, queram ou não os Ramiz Alia e Fatos Nano, a Albânia seguiu por mais de uma geração um trajetória histórica diferente daquela da URSS e do Leste europeu.

Uma esponja nas diferenças

Ao analisar a experiência mundial do socialismo, o congresso de enterro do PTA ignora por completo esta linha divisória. Mistura em um bloco único, homogêneo, a fase inicial, de avanço (apesar dos erros), vitórias e prestígio crescente do novo sistema, e a fase final, de crise, traição, degeneração e desmoralização. Põe no mesmo saco a Albânia de Enver Hoxha e a URSS kruschovista.

Ora, os albaneses seriam os últimos a se permitirem esta confusão. E isto porque seu país e seu partido viveram a ruptura em toda a sua radicalidade. Foram os primeiros na denúncia à traição soviética. Pagaram por isso um preço elevadíssimo, suportando um bloqueio em toda linha, que marcou profundamente a memória nacional. Denunciaram, por anos a fio, a contra-revolução pacífica operada na URSS e sua esfera de influência. Profetizaram, incessantemente, que aquele era o caminho da restauração, da crise e do desastre. Mas agora, que a profecia se realiza, vem o recém-criado PSA e quer passar uma esponja nas diferenças...

O ponto de partida e o de chegada

É claro que esta falsificação histórica nada sutil é apenas um ponto de partida da nova linha albanesa. Mas há também o ponto de chegada, e o informe da direção ao congresso afirma sem rodeios: "O caminho que iniciamos não garante a justiça. Contém em si mesmo a possibilidade do enriquecimento de uma parcela e do empobrecimento da outra, até o reaparecimento da exploração do homem pelo homem...". Belo "socialismo", o do Partido "Socialista" da Albânia.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

* Colaborador da Classe

PCB, social-democrata explícito

Dilermando Toni*

Diante do fracasso das primeiras tentativas de construção socialista, com destaque para o fim da etapa de transição rumo ao capitalismo na URSS, e, ao mesmo tempo, frente à poderosa maré montante ideológica da burguesia, faz-se necessário analisar as posições que vão se delineando entre agrupamentos políticos que atuam no campo da esquerda.

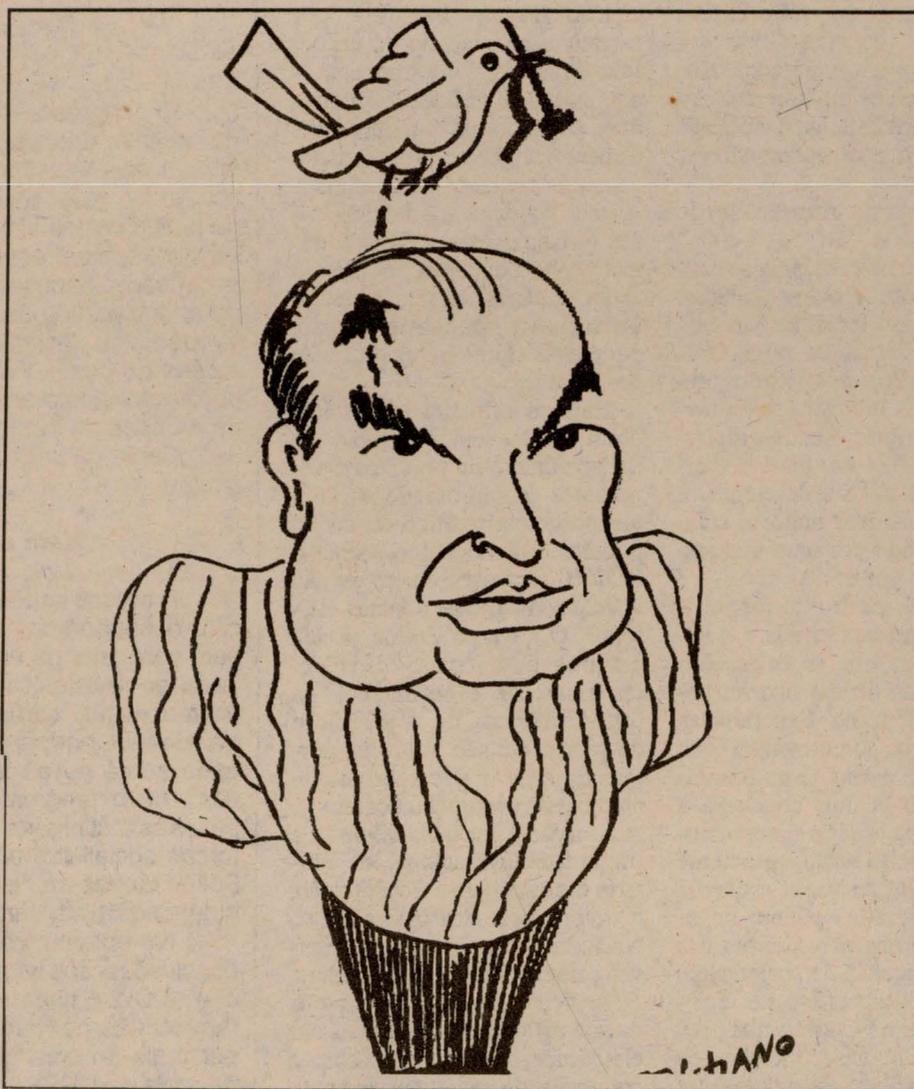
Os revisionistas, em particular, se encontram em grandes dificuldades. Em primeiro lugar porque não existe mais o campo de forças, configurado fisicamente na União Soviética e em todo o Leste Europeu que, embora desde os meados dos anos 50 tenha abandonado a perspectiva revolucionária, ainda se proclamava socialista, e se opunha ao Ocidente. Com o aguçamento da crise soviética e o fim da bipolaridade, que tem levado Gorbachev a se postar de joelhos diante do imperialismo e a adotar medidas econômicas cada vez mais abertamente capitalistas, vários partidos revisionistas do mundo viram órfãos e navegam à deriva.

A margem de manobras e de demagogia dos oportunistas que atuam no movimento operário diminuiu sensivelmente. Tal é o caso do PCB de Roberto Freire e Cia. Após realizar um congresso em que a grande polêmica se situou em torno de mudar ou não o símbolo e o nome daquele partido, o PCB foi além do revisionismo, tendo assumido uma postura pequeno-burguesa liberal clara.

O mundo falso do PCB

Reconhecendo que há uma nova situação internacional, o PCB faz porém, uma análise completamente distorcida da realidade. Segundo as resoluções do congresso desse partido, o fim da guerra fria e da política de blocos antagônicos propicia a construção da paz e da segurança, fortalece os princípios de não intervenção e respeito aos direitos dos povos de escolher livremente os seus caminhos. As soluções políticas negociadas dos conflitos abrem possibilidades concretas de sua desmilitarização e de desarmamento". Com essas assertivas, como explicar a guerra do Golfo onde dezenas de milhares de árabes foram mortos por um aparato de guerra brutal do imperialismo? Como explicar as decisões tomadas recentemente em Londres pelos países mais ricos do planeta de transformar a ONU num organismo permanente de pressão e agressão aos povos do mundo e países que lutam por um desenvolvimento independente?

Mas o PCB falseia igualmente a relação de disputa cada vez mais intensa existente entre as grandes potências. Ainda de acordo com o citado documento, "há grande tendência de os riscos de um confronto nuclear e do holocausto tornarem-se cada vez menores e pretéritos". E o que dizer então da formação dos blocos americano, europeu e asiático, encabeçados pelos Estados Unidos, Alemanha e Japão respectivamente, onde cada uma dessas grandes potências procura criar uma sólida base de influência econômica, política e militar para disputar em melhores condições a hegemonia mun-



dial? Como explicar, a partir de tal raciocínio o impasse das Rodadas do Uruguai do GATT? E as tentativas das classes dominantes do Japão e da Alemanha de introduzirem modificações nas constituições desses países a fim de permitir que suas forças armadas possam agir fora de suas fronteiras?

Mas o PCB não pára por aí. Ao tentar analisar as contradições mais importantes de nossa época, consegue a façanha de não falar em burguesia e proletariado, em imperialismo e povos dominados e países dependentes, ou mesmo nas disputas entre as grandes potências. Limita-se a tergiversar sobre coisas do tipo "a contradição entre a maciça internacionalização do processo produtivo e controles; entre o aumento fantástico da produtividade e da produção e a manutenção centralizada das decisões e controles".

Tal postura, enganosa leva a que os povos não se mobilizem e se organizem para enfrentar seus inimigos e conquistar sua emancipação social e nacional. O Partido Comunista do Brasil - PCdoB, ao contrário, vê com grande preocupação o atual quadro internacional, avalia que a situação é de grande instabilidade e com possibilidade até mesmo de uma nova guerra mundial. Não há absolutamente nenhum dado que indique no sentido do fortalecimento da "paz e da segurança"

A revolução brasileira e o antiquado Freire

Em meio a uma acirrada disputa de chapas, Roberto Freire foi eleito o presidente do PCB e, a partir daí, tem colocado uma série de opiniões que bem demonstram seu pensamento envelhecido, apesar do grande esforço em parecer moderno.

Referindo-se ao passado do PCB, por exemplo, escreveu para o jornal Folha de São Paulo: "o PCB, após 1964, teve clareza suficiente para não embarcar nas propostas idílicas e aventureiras de revolução...", fazendo clara alusão aos revolucionários consequentes que ousaram resistir, inclusive de armas nas mãos, à ditadura militar. Naquela época, e mesmo antes, o PCB já adotava a linha da menor resistência e da colaboração de classes. Agora, após o congresso do PCB, Freire concebe a "revolução como processo de ampliação de participação direta da cidadania". Cabe perguntar se o estado burguês existente no Brasil não mais impede e limita o movimento popular, se o aparato repressivo, a legislação vigente etc. estão acima das classes, ou se servem igualmente aos patrões e aos operários?

Procurando imitar os italianos do ex-PCI, hoje PDS, o PCB se define pela via democrática para o socialismo ou "o socialismo não deve ser uma imposição mas opção democrática". Naturalmente sem que haja qualquer ruptura, através

simplesmente do jogo eleitoral, da disputa parlamentar! Idílica é portanto essa visão do PCB que não distingue entre democracia burguesa e democracia popular, onde numa e noutra o grau de liberdade do povo é completamente diverso. Uma visão que passa por cima de uma realidade nacional, onde são muito poucos os direitos democráticos conquistados e que mesmo assim os salários continuam cada vez mais baixos, a propriedade da terra altamente concentrada, camponeses sendo perseguidos e assassinados, menores e negros sendo exterminados para não falar de muitas outras mazelas do capitalismo. Haveria outro caminho que não o da união e da luta decidida do povo para romper com essa situação?

Marxismo na lata do lixo

Noutro artigo recente, o presidente do PCB afirmou que o seu partido após o congresso "deixa para trás dogmas como o marxismo-leninismo e resolveu enfrentar a nova realidade de peito aberto, tendo como parâmetros de ação não mais o 'socialismo científico'". Será que todo o arsenal teórico que a classe operária acumulou durante quase 150 anos não deve mais ser usado? O marxismo é uma teoria que tem sentido crítico e auto-crítico, só com base no marxismo será possível fazer uma análise profunda dos erros cometidos pelo movimento revolucionário e, assim procedendo, resolvendo problemas novos, essa teoria se desenvolve. Sem dúvida o marxismo sofre uma crise de estagnação. Mas não é renegando-o, como faz o PCB de Freire, sob o argumento de romper com o exclusivismo e incorporar o que há de avançado e progressista no pensamento social de nossa época, que se conseguirá orientar melhor a luta dos trabalhadores. O marxismo-leninismo, quer no campo filosófico, político ou da economia sempre incorporou o que há de melhor na produção teórica da humanidade, como também sempre criticou abertamente os seus aspectos retrógrados.

Para onde vai o PCB?

Se há uma coisa que merece elogio nos documentos do último congresso do PCB é quando eles se referem ao próprio PCB dizendo que o partido "vive uma crise inédita que se manifesta no baixíssimo percentual eleitoral, na perda de vínculo com o movimento operário, nas débéis relações com o mundo da cultura, na fraqueza orgânica, na desagregação e cisãnia internas, nos problemas e vicissitudes diretivas, nos impasses e debilidades teóricas e analíticas". Essa é a consequência inevitável da política oportunista do PCB. Com as decisões do congresso, a crise finalmente reconhecida, só irá se aprofundar. É a transição melancólica de um partido revisionista em social-democrata assumido.

*Editor da Classe Operária